

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE ARTES - CEART
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA - MESTRADO

LÍGIA KARINA MENEGHETTI CHIARELLI

**O ENSINO DE MÚSICA NO PROJETO ESCOLA PÚBLICA
INTEGRADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO
MULTICASO NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

FLORIANÓPOLIS - SC

2012

LÍGIA KARINA MENEGHETTI CHIARELLI

**O ENSINO DE MÚSICA NO PROJETO ESCOLA PÚBLICA
INTEGRADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO
MULTICASO NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Música. Sub-área: Educação Musical.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

FLORIANÓPOLIS - SC

2012

Ficha Elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

C532e Chiarelli, Lígia Karina Meneghetti

O ensino de música no projeto escola pública integrada do Estado de Santa Catarina: um estudo multicaso no Médio Vale do Itajaí / Lígia Karina Meneghetti Chiarelli – 2012.

95 p. : il. ; 30 cm

Bibliografia: p.79-84

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Mestrado em Música, Florianópolis, 2012.

1. Música – instrução e estudo – 2. Educação musical. 3.

**O ENSINO DE MÚSICA NO PROJETO ESCOLA PÚBLICA
INTEGRADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO
MULTICASO NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Música. Sub-área: Educação Musical.

Banca Examinadora

Orientador



Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo
UDESC

Membros



Prof. Dra. Iveta Maria Borges Ávila Fernandes
UNESP



Profa. Dra. Viviane Beineke
UDESC

Florianópolis – SC, 15 de março de 2012

AGRADECIMENTOS

Aos professores deste programa de Pós-Graduação, em especial ao Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, meu orientador, pela dedicação, apoio e paciência nesses dois anos de mestrado.

Às escolas, professores e demais participantes da pesquisa, pela disponibilidade em colaborar com a realização deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, pela convivência e compartilhamento de ideias. Em especial à Najla Elisângela dos Santos, pelas conversas, pelo incentivo, pela compreensão e presença amiga em momentos adversos. Agradeço também à amiga Maira Ana Kandler, sempre acolhedora e disposta a ajudar.

À banca examinadora: Prof. Dra. Iveta Maria Borges Ávila Fernandes e Prof. Dra. Viviane Beineke por aceitarem contribuir com esta fase importante de finalização do mestrado.

E finalmente à UDESC pela bolsa que permitiu dedicação exclusiva ao curso.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar de que forma a educação musical é desenvolvida em quatro escolas públicas de tempo integral da região do Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina. Estas escolas são da rede estadual de ensino e fazem parte do projeto Escola Pública Integrada, iniciativa que tem por objetivo oferecer mais experiências educativas aos alunos por meio da ampliação da jornada escolar. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: verificar de que forma a educação musical se insere como disciplina curricular nestas escolas, identificando quem são os profissionais que lecionam música e a estrutura material disponível para as aulas; verificar como a prática pedagógica destes professores de música se articula com os princípios de educação integral presentes nos documentos que orientam a Escola Pública Integrada; e verificar como a educação musical se integra às outras disciplinas numa proposta de currículo integrado. A pesquisa teve como referencial teórico os conceitos de educação integral e currículo integrado apresentados por Rafael Yus. A metodologia utilizada foi o estudo multicaso e a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores de música e um membro da equipe pedagógica de cada escola, observações das aulas de música e análise de documentos. A análise dos dados foi construída a partir do estabelecimento de categorias que focalizaram o ensino de música na perspectiva da educação integral e do desenvolvimento de um currículo integrado. Os resultados revelam que há professores com formação diversificada atuando como educadores musicais nas escolas públicas integradas; que as práticas desenvolvidas estão pautadas nas experiências e concepções particulares destes professores havendo pouca orientação para o desenvolvimento de um projeto pedagógico específico para a escola de tempo integral; e que as atividades desenvolvidas nas aulas de música atendem a objetivos diversificados, nem sempre relacionados ao desenvolvimento musical dos alunos. Desta forma, a educação musical nesta experiência da Escola Pública Integrada é importante porque oferece a música como parte do currículo, mas necessita de maiores aprofundamentos em termos pedagógicos e musicais, tornando esta experiência ainda mais relevante na formação dos estudantes.

Palavras-chave: Educação musical. Ensino de música na educação básica. Educação integral. Escola Pública Integrada.

ABSTRACT

This study had as the main objective to investigate about the way that the music education is developed in four public schools of integral time of *Médio Vale do Itajaí* region in Santa Catarina state. These schools are public and take part of the Integrated Public School Project, whose initiative has as purpose to broaden the educative experiences of students through the amplification of scholar day period. The specific objectives of this research were: to verify how music education takes part as a curricular subject in these schools, identifying who are the professionals that teach music and the material structure available for classes; to verify how the pedagogical practices of those teachers articulate with principles of integral education presented in the documents that direct the Integrated Public School Project; and to verify how music education relates with others subjects in the proposal of an integrated curriculum. The research has as theoretical reference the concepts of integral education and integrated curriculum presented by Rafael Yus. The methodology was the multicase study and the data were collected through semistructured interviews with music teachers and a member of administrative staff of each school, observation of music classes and analysis of documents. The analysis was built establishing categories that focused on the musical teaching in the perspective of integral education and the development of an integrated curriculum. The results showed that there are teachers with diversified preparation working as music teachers in the integrated public schools; the practices developed are based on the particular experiences and conceptions of those teachers with little orientation for the development of a specific pedagogical project for integral schools; and the activities developed in classes have diversified purposes, not always related with musical development of students. So, the music education in this experience of Integrated Public School is important because it offers music in the curriculum, but it is necessary more studies in pedagogical and musical terms, becoming this experience more relevant in the education of students.

Key words: Music education. Teaching music in basic education. Integral education. Integrated Public School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Matriz curricular dos anos iniciais da EPI.....	22
Figura 2: Relação de membros da equipe pedagógica de cada escola que participaram da pesquisa.....	34
Figura 3: Mapa com divisão geográfica do estado de Santa Catarina.....	36
Figura 4: Municípios que formam a região do Médio Vale do Itajaí – SC.....	37
Figura 5: Relação das turmas que fizeram parte da pesquisa.....	38
Figura 6: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola A.....	41
Figura 7: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola B.....	46
Figura 8: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola C.....	51
Figura 9: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola D.....	56
Figura 10: Resumo de informações sobre as escolas pesquisadas.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança

CIAC - Centro Integrado de Apoio à Criança

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

EPI - Escola Pública Integrada

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFIC - Programa de Formação Integral da Criança

PRONAICA - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SED – Secretaria de Estado da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 REVISÃO DE LITERATURA	15
1.1 A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL	16
1.1.1 O projeto Escola Pública Integrada	21
1.2 A MÚSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	27
2 REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	32
2.2 CURRÍCULO INTEGRADO	34
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA.....	36
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	36
3.3 CRITÉRIOS DE ESCOLHA	38
3.3.1 A região do Médio Vale do Itajaí	38
4 CONHECENDO AS ESCOLAS E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	42
4.1 ESCOLA A	42
4.1.1 O professor de música na Escola A.....	44
4.1.2 As aulas de música observadas na Escola A	46
4.2 ESCOLA B.....	48
4.2.1 A professora de música da Escola B	49
4.2.2 As aulas de música observadas na Escola B.....	51
4.3 A ESCOLA C.....	52
4.3.1 A professora de música na Escola C	54
4.3.2 As aulas de música observadas na Escola C.....	56
4.4 A ESCOLA D	57
4.4.1 A professora de música na Escola D.....	61
4.4.2 As aulas de música observadas na Escola D	62

4.5 RESUMO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS PESQUISADAS	63
5 AS AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS INTEGRADAS	65
5.1 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO	65
5.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO MUSICAL E USOS DA MÚSICA NA ESCOLA	70
5.3 CONTEÚDO E REPERTÓRIO DAS AULAS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	85

INTRODUÇÃO

A educação integral é uma proposta educacional que visa promover o desenvolvimento do indivíduo por inteiro. Não é um pensamento novo, sendo citado por autores em diferentes períodos históricos e tem se tornado cada vez mais frequente nas discussões sobre as funções da escola e do saber escolar. Diferentes autores consideram que o pensamento educacional vigente não atende às expectativas e necessidades da sociedade contemporânea, onde se faz necessário um maior comprometimento das pessoas com questões globais (YUS, 2002; HERNÁNDEZ, 1998; COELHO, 2009; GADOTTI, 2009; MOLL, 2009a).

Essa concepção de desenvolvimento também é chamada por alguns autores como educação holística. “Tudo que está relacionado com o holismo vem do grego *holon*, que faz referência a um universo feito de conjuntos integrados que não pode ser reduzido a simples soma de suas partes” (YUS, 2002, p. 15). Neste trabalho os termos ‘educação integral’ e ‘educação holística’ serão utilizados como sinônimos. Os dois termos serão utilizados porque ambos aparecem em citações ao longo do texto.

Outro conceito que aparece muitas vezes associado à ideia de educação integral é o de ‘escola de período integral’. É importante esclarecer que a jornada escolar ampliada não é, por si só, garantia de educação integral e melhoria na qualidade da educação, assim como a proposta de desenvolvimento integral do aluno não precisa, necessariamente, acontecer em horário escolar ampliado. Ocorre que alguns autores (GADOTTI, 2009; COELHO, 2009; MOLL, 2009a; KERSTENETZKY, 2006) defendem que a educação integral pressupõe uma melhora qualitativa e quantitativa da experiência escolar, ou seja, é necessário que sejam oportunizadas múltiplas experiências de aprendizagem e que o aluno passe mais tempo na escola (ou nas entidades que participam do projeto de educação integral). A ampliação da jornada escolar aparece, para estes autores, como elemento essencial para a concretização dos objetivos de um projeto de educação integral.

As atividades complementares, que podem ser colocadas à disposição dos alunos no turno inverso, podem compensar, em grande parte, as lacunas que o meio social não lhes permite alcançar. A escola continua sendo o grande e quase sempre o único instrumento de transformação e de ascensão social de que dispõem milhões de brasileiros na difícil e complexa luta pela conquista de uma vida mais digna em nosso país (FORTUNATI apud GADOTTI, 2009).

Assim, neste trabalho, o termo ‘educação integral’ será compreendido como *educação integral em tempo integral*. As escolas investigadas fazem parte do projeto Escola Pública Integrada (EPI), da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, que tem como objetivo promover a educação integral por meio do aumento do tempo da jornada escolar e de uma proposta curricular integrada.

A literatura aponta que atualmente a educação integral é citada como meta de sistemas educacionais em diversos países (YUS, 2002; GADOTTI, 2009; MOLL, 2009a). Ela surge como uma reação ao exercício predominantemente cognitivo em sala de aula, que é o reflexo de um contexto socioeconômico que exige o desenvolvimento de habilidades específicas para o mercado de trabalho e que fragmenta a vida em tempos e espaços específicos. Nesse sentido, o ensino da arte, da música, vem contribuir com o desenvolvimento de aspectos considerados essenciais na perspectiva da educação integral. Em relação ao papel do conhecimento artístico na educação escolar, Hernandez (2000) comenta:

Partindo de uma perspectiva psicológica, ou psicopedagógica, a aprendizagem no campo do conhecimento artístico exige um pensamento de ordem superior (Vygotsky) e a utilização de estratégias intelectuais como a análise, a inferência, o planejamento e a resolução de problemas ou formas de compreensão e interpretação, etc. Além disso, quando um estudante realiza uma atividade vinculada ao conhecimento artístico, a pesquisa evidenciou algo que, por óbvio, muitos esquecem: que não só potencia uma habilidade manual, desenvolve um dos sentidos (a audição, a visão, o tato) ou expande sua mente, mas também, e sobretudo, delinea e fortalece sua identidade em relação às capacidades de discernir, valorizar, interpretar, compreender, representar, imaginar, etc. o que lhe cerca e também a si mesmo (HERNANDEZ, 2000, p. 42).

De maneira semelhante, Fonterrada (2008) apresenta a educação musical como instrumento para a promoção do autoconhecimento e ampliação das relações do sujeito com seu meio.

O mais significativo na educação musical é que ela pode ser o espaço de inserção da arte na vida do ser humano, dando-lhe possibilidade de atingir outras dimensões de si mesmo e de ampliar e aprofundar seus modos de relação consigo próprio, com o outro e com o mundo. Essa é a real função da arte e deveria estar na base de toda proposta de educação musical (FONTERRADA, 2008, p. 117).

O aumento progressivo da jornada escolar no Brasil está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), em seus artigos 34 e 87:

Art. 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 87, 5º parágrafo - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (BRASIL, 1996).

O objetivo de ampliação do tempo de permanência do aluno na escola também apareceu como meta do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº. 10.172/2001, que vigorou até 2010. E está presente no novo PNE, que será votado em 2012 e estabelecerá diretrizes e metas para o decênio 2011-2020. A meta número 6 prevê o oferecimento de educação em tempo integral em 50% das escolas de educação básica no período de vigência do novo PNE (PORTAL MEC, 2012, internet).

Em relação à educação musical na escola de educação básica, a Lei nº 11769/08 estabelece a música como conteúdo curricular obrigatório (BRASIL, 2008), ficando a cargo dos sistemas de ensino realizar as adaptações necessárias para a implementação da lei (FIGUEIREDO, 2011). Nesse sentido, a escola de tempo integral pode se configurar como uma das possibilidades para a inserção da música como disciplina curricular, já que nesta proposta existe tempo disponível para a inclusão de novas áreas no currículo.

Diferentes programas sócio-educacionais já vêm promovendo a ampliação do tempo escolar no Brasil, em diferentes modalidades. Os programas Mais Educação e Segundo Tempo, em âmbito federal, e os projetos Escola Ambiental e Atividades Curriculares Complementares, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, proporcionam atividades extracurriculares que são opcionais para o estudante e, em alguns casos, podem acontecer fora do espaço escolar e em parceria com outras instituições. Já o projeto Escola Pública Integrada, também da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, tem por objetivo expandir as oportunidades de aprendizagem oferecendo disciplinas diversificadas numa jornada escolar ampliada para todos os alunos dos anos iniciais, não se configurando como atividades facultativas: todos os alunos participam de todas as disciplinas, tanto da base comum nacional quanto da parte diversificada. Além dos programas e projetos citados existem muitas outras iniciativas acontecendo no país, sendo desenvolvidas em redes estaduais e municipais de educação, como por exemplo, o “Programa de Educação Integral” em Apucarana (PR), e o programa “Educação em tempo integral” desenvolvido pela prefeitura de Vitória (ES).

O “Programa de Educação Integral”, desenvolvido em Apucarana (PR), foi instituído por lei municipal em 2001. O programa tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento

integral a partir de uma perspectiva interdisciplinar, onde as atividades não são separadas em turno e contraturno (GADOTTI, 2009). O programa “Educação em tempo integral” foi iniciado em 2005 no município de Vitória (ES) e

oferece aos alunos do ensino infantil e fundamental, em situação de risco pessoal e social, assistência integral por meio de um conjunto de políticas sociais integradas e articuladas pelo poder público municipal. Esse programa oferece acesso a bens culturais diversos como teatro, música, dança, cinema, esporte, literatura, educação ambiental e educação para o trabalho (GADOTTI, 2009, p. 68).

É diante deste panorama de avanço dos projetos que visam oportunizar educação integral em tempo integral que se insere esta investigação, tendo como principal questão de pesquisa: como a educação musical se insere em escolas que fazem parte do projeto Escola Pública Integrada na região do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina?

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é: verificar de que forma a educação musical desenvolvida nas unidades de educação integral em Santa Catarina tem se articulado com os princípios educacionais deste modelo educativo.

Os objetivos específicos são:

- Verificar de que forma a educação musical se insere como disciplina curricular em quatro Escolas Públicas Integradas, identificando quem são os profissionais que lecionam música e a estrutura material disponível para as aulas.
- Verificar como a prática pedagógica dos professores de música destas escolas se articula com os princípios de educação integral presentes nos documentos que orientam a Escola Pública Integrada.
- Verificar como a educação musical se integra às outras disciplinas numa proposta de currículo integrado.

Uma pesquisa dessa natureza se justifica pela necessidade de se refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem da música numa perspectiva que vem ganhando espaço nas diversas esferas educacionais: a escola de tempo integral. Além disso, é pertinente o estudo de projetos de educação musical neste momento em que se discute a aplicação da lei 11.769/2008, que garante a inserção da música como conteúdo curricular obrigatório na educação básica (BRASIL, 2008).

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a revisão de literatura, apresentando o histórico da escola de tempo integral no Brasil, o projeto Escola Pública Integrada e dados sobre a educação musical na escola de educação básica. O segundo capítulo traz o referencial teórico que orientou a pesquisa: os

conceitos de educação integral e currículo integrado, sob a perspectiva de Rafael Yus. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. O quarto capítulo apresenta as escolas e os participantes da pesquisa e no capítulo cinco é feita a análise de dados. Por último são apresentadas as considerações finais, destacando os resultados e conclusões desta pesquisa.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Esta pesquisa tem por objetivo verificar de que maneira a educação musical vem sendo desenvolvida e tem se articulado com os princípios pedagógicos do projeto Escola Pública Integrada (EPI) em escolas da região do Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina. Com o objetivo de situar a EPI em relação a outros projetos dessa natureza já realizados ou em andamento no país, neste capítulo serão apresentadas informações históricas sobre a escola de tempo integral no Brasil. Também serão apresentadas as diretrizes pedagógicas do projeto Escola Pública Integrada de Santa Catarina e informações sobre seu funcionamento. Por fim, serão apresentadas pesquisas relativas ao ensino da música na escola de educação básica.

1.1 A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

No Brasil, as primeiras tentativas de implantação um projeto de educação integral em tempo integral se deram sob orientação de Anísio Teixeira. Em 1925, como Diretor de Instrução do Estado da Bahia, realizou uma reforma educacional que estabelecia a obrigatoriedade das escolas primárias daquele estado de ofertarem cinco anos de educação básica, atendendo em dois turnos de quatro horas cada um. Entretanto, ao final da década de 1930, a situação da educação no país era precária e foi necessário reduzir a duração da escolaridade pública para atender a demanda de alunos (BRANCO, 2009).

Em 1950, ao retornar ao cargo de Secretário Estadual de Educação da Bahia, Anísio Teixeira planejou escolas de tempo integral para os alunos da periferia de Salvador. Para isso, foi desenvolvido um projeto arquitetônico composto por quatro grandes escolas, localizadas cerca de 500 metros umas das outras, dispostas em quadrilátero. Cada uma destas escolas era denominada ‘escola-classe’, comportando mil alunos, e todas eram destinadas ao ensino de letras e ciências (BRANCO, 2009).

No centro do quadrilátero foi construído o complexo de instalações destinado às atividades artísticas, sociais, de educação física e oficinas de trabalho. Este conjunto era denominado ‘escola-parque’ e comportava dois mil alunos por turno. Os alunos frequentavam um turno na escola-classe e um turno na escola-parque, cumprindo uma jornada escolar de nove horas diárias. Todo o complexo educacional foi denominado Centro Educacional Carneiro Ribeiro (BRANCO, 2009).

A concepção de educação integral de Anísio Teixeira tinha como base a formação de um adulto “*civilizado*, pronto para encarar o *progresso* capaz de alavancar o País” (COELHO, 2009, p. 89, grifos do autor).

Haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos para cada criança (...) no primeiro turno, a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá, em um parque-Escola. Aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA apud MOLL, 2009b, p. 13).

Coelho (2009) chama atenção para o fato de as atividades serem divididas em turnos, sugerindo uma dissociação entre as atividades ditas *escolares* e *outras atividades*. Nesse sentido, a escola-parque poderia ser entendida como uma proposta de desenvolvimento integral em tempo integral, onde a formação não é concebida de maneira integrada.

No final da década de 1950 surge o Sistema Integrado de Educação Pública de Brasília, desenvolvido com base na escola-parque e também elaborado por Anísio Teixeira.

Convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para comandar uma equipe de notáveis, dentre eles Darcy Ribeiro, para repensar a educação do povo brasileiro, da educação básica à universidade – da qual Brasília deveria ser o centro irradiador – a equipe planejou para o ensino fundamental uma Escola Parque e quatro escolas – classe, com muito mais requinte e esmero que a construída em Salvador, Bahia [...] (BRANCO, 2009, p. 33).

Neste projeto os alunos eram organizados na escola-classe de acordo com o grau de escolaridade e na escola-parque de acordo com a idade e tipo de aptidões para as artes, esportes e campo de trabalho. Os alunos podiam optar pelas atividades das quais queriam participar e essa participação se dava do planejamento à execução. As produções eram coletivas dentro de um princípio de organização colaborativa e pautadas num currículo “de participação, uma vez que a própria instituição organiza-se em termos de ‘escola-comunidade’[...] cujo desenvolvimento torna necessário que haja material de ensino com abundância e trabalho de professores preparados de forma acentuadamente profissional” (PEREIRA, 2009, p. 44).

A experiência de Brasília não teve continuidade devido ao alto custo do empreendimento, o aumento no número de matrículas e à necessidade de aumentar o número de vagas. Estava prevista a construção de 28 escolas-parque e apenas 5 foram construídas.

Estas unidades passaram a receber um número maior de alunos, com uma frequência de uma ou duas vezes por semana (PEREIRA, 2009).

Nas décadas de 1980 e 1990, no Rio de Janeiro, foram construídas 500 escolas de tempo integral, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concebidos por Darcy Ribeiro na função de Secretário de Educação, também baseados na experiência de Anísio Teixeira. Os CIEPs foram uma proposta desenvolvida na gestão do então governador Leonel Brizola, e tornaram-se uma referência do seu governo. Por este motivo seus sucessores ora continuavam com o projeto, ora o rejeitavam (CAVALIERE, 2002).

Diferente da proposta da escola-parque onde as atividades escolares e as diversificadas aconteciam em turnos e locais diferentes, nos CIEPs as atividades deveriam se mesclar nos dois turnos, além de acontecerem num mesmo espaço que era constituído por três blocos, sendo o

bloco principal, com três andares [...] as salas de aulas, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancadas e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, *shows* de música, festas, etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos-residentes (RIBEIRO apud COELHO, 2009 p.42).

Segundo Santos (2009) as atividades desenvolvidas nos CIEPs não eram voltadas para a preparação para o trabalho. Buscava-se ampliar as oportunidades de aprendizagem e favorecer o acesso a atividades esportivas e recreativas. Paro e colaboradores (1988) comentam que o projeto foi alvo de críticas relativas ao alto custo de construção e manutenção das escolas, também sendo considerado por muitos como um sistema paralelo de ensino.

Os projetos desenvolvidos por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro apresentam particularidades no que se refere à forma de operacionalização, mas, segundo Moll (2009b) estão baseados num mesmo ideal de democratização da educação.

O que se caracteriza como uma educação integral, mediante o legado desses pensadores e as mudanças dos contextos históricos, é o reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos. A parcialidade e a limitação em questão são agravadas por contextos territoriais de vulnerabilidade social que expõem crianças, adolescentes e jovens às violências simbólicas e físicas que marcam uma sociedade desigual, na qual possibilidades de acesso à ciência, à cultura e à tecnologia estão vinculadas ao pertencimento a uma classe social (MOLL, 2009b, p. 13-14).

Ainda na década de 1980 surgiram outras iniciativas de ampliação do tempo escolar, como o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), implementado entre 1986 e 1993 pelo governo do estado de São Paulo. Este programa consistiu num incentivo dado a experiências de escola de tempo integral em municípios daquele estado, não havendo interferência na gestão e na forma de realização das atividades. Além disso, as atividades complementares também eram realizadas em espaços fora do ambiente escolar, com o envolvimento de outras entidades. O PROFIC recebeu severas críticas, sendo considerado um projeto assistencialista, com menos atenção às questões pedagógicas (PARO et al., 1988).

Na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor, foram construídos os CIACs (Centros Integrados de Apoio à Criança). Estes centros faziam parte de uma política social com ações integradas nas áreas de educação, saúde e assistência social e faziam parte do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA). A partir de 1994, com a posse de Itamar Franco na presidência, os CIACs passaram a ser chamados CAICs (Centros de Atenção Integral à Criança), numa tentativa de desvincular o projeto do governo anterior. Em 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso como novo presidente do Brasil, o projeto se descaracterizou e grande parte dos centros construídos foi repassado aos governos estaduais ou municipais.

Gadotti (2009) chama atenção para o fato de a escola de tempo integral, no Brasil, ter se configurado por projetos episódicos, que não têm continuidade e não alcançam a totalidade dos sistemas educacionais. Assim, não se configuram como políticas públicas, e sim ações pontuais de determinados governos.

Atualmente, diferentes iniciativas de ampliação da jornada escolar têm sido desenvolvidas no país. Em âmbito nacional pode-se destacar o programa Mais Educação, que é uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação. O programa Mais Educação “representa a estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral” (MOLL, 2009a, p. 14). O programa “tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral” (BRASIL, 2010).

Por meio do programa Mais Educação as escolas recebem recursos e apoio técnico do MEC para oferecer atividades em diversas áreas: esporte e lazer, cultura e artes, inclusão digital, acompanhamento pedagógico, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica e cidadania. O programa Mais Educação pretende ampliar o tempo de permanência do aluno na escola, aumentar o espaço utilizado para a

educação e trazer mais atores sociais para as escolas (CAVALCANTE, 2009). Além da perspectiva educativa o programa apresenta também um visível caráter assistencial:

É importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. Há estudos que permitem identificar forte correlação entre situação de pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza (BRASIL, 2009, p. 11-12).

O Mais Educação prevê a participação de monitores para a realização das atividades extracurriculares. Estes monitores podem ser estagiários ou leigos que tenham conhecimento na respectiva área de atuação. Existem opiniões divergentes no que se refere à participação destas pessoas em atividades complementares à escola. Lima (2009) aponta:

Uma educação integral elaborada através do diálogo de saberes não pode estar limitada à titulação e, por outro lado, toda educação requer pessoas com determinadas competências. Onde se aprende o saber do *saber fazer*? Penso que algumas vezes, nas escolas de formação; em outras, nas escolas da vida (LIMA, 2009, p. 34).

Penna (2011), por sua vez, relata fragilidades na atuação dos monitores responsáveis pelas aulas de música desenvolvidas no programa Mais Educação no município de João Pessoa. A autora apresenta dados relativos a uma pesquisa sobre as atividades musicais desenvolvidas naquele contexto e conclui considerando que o programa Mais Educação deve ser tomado como uma estratégia provisória para a implantação da escola de tempo integral no Brasil, não devendo ser tomado como modelo. Penna reconhece que a articulação entre comunidade e escola pode ser enriquecedora, mas considera não ser adequado deixar que metade da carga horária de atividades escolares esteja a cargo de monitores. Neste sentido, a autora comenta que para a real expansão da jornada escolar nestas escolas, faz-se necessária a ampliação em número e qualidade dos profissionais das redes públicas (PENNA, 2011).

Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC buscou identificar e conhecer experiências de ampliação da jornada escolar desenvolvidas por redes municipais de ensino no Brasil. A pesquisa revela que nos últimos anos tem havido um aumento significativo no número de experiências de escola de tempo integral em todas as regiões do país. Isso seria um reflexo de políticas recentes que estimulariam a ampliação da jornada escolar. Um dos fatores que teria contribuído para esse aumento no número de experiências seria a criação do FUNDEB (Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), implantado em todo o país em 2007 (SECAD/MEC, 2009).

O FUNDEB é uma política de financiamento da educação que tem como base a redistribuição de alguns impostos entre os governos municipais e o governo estadual (contando, em alguns casos, com complementação de recursos por parte da União). O Fundeb substituiu o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) (SECAD/MEC, 2009).

A distribuição de recursos pelo FUNDEB varia de acordo com o nível e a modalidade de ensino, considerando também a extensão do tempo escolar. Desta forma, estaria viabilizando a implantação de mais escolas de tempo integral no país. “O FUNDEB retomou o ideal de educação integral ao estabelecer o financiamento diferenciado para matrículas em tempo integral, contabilizadas pelo Censo Escolar nos registros da jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias” (MOLL, 2009b, p. 14).

A pesquisa citada, que considerou 800 experiências de escola de tempo integral no país, apresenta o conjunto de atividades que são desenvolvidas nestes programas. As atividades encontradas foram agrupadas em 16 categorias: Esporte, Aula de Reforço, Música, Dança, Teatro, Informática, Oficinas Temáticas, Artesanato, Tarefas de casa, Artes Plásticas, Artes Visuais, Capoeira, Línguas Estrangeiras, Oficinas Formação Trabalho, Rádio/Jornal, Outras atividades. No contexto nacional a Música aparece como a terceira atividade mais presente nas experiências de jornada ampliada investigadas, ficando atrás apenas de Esporte e Aula de Reforço. Em relação aos dados específicos da região Sul, a pesquisa revela que Música aparece como a atividade mais desenvolvida, vindo em seguida Esportes e Dança. Segundo os autores do relatório, essa preferência pela Música e pela Dança pode estar relacionada à cultura dos imigrantes que colonizaram a região Sul (SECAD/MEC, 2009).

1.1.1 O projeto Escola Pública Integrada

O projeto Escola Pública Integrada é uma proposta da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina que tem como objetivo proporcionar aos alunos da rede pública estadual de ensino uma formação mais completa, propiciando o contato com atividades que nem sempre são contempladas na matriz curricular básica do ensino fundamental.

A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretende ‘integral’ trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento global e não apenas ao acúmulo informacional (GATTI apud SANTA CATARINA 2006, p. 70).

A proposta da Escola Pública Integrada baseia-se em três conceitos fundamentais: “*Escola* como espaço social de aprendizagem; [...] *Pública* como direito inalienável e intransferível de todos e de *Integrada* como prática articuladora de todas as experiências coletivas do processo de formação humana” (SANTA CATARINA, 2003, p. 2).

O projeto Escola Pública Integrada atende ao que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 34 e 87), Constituição Estadual (art. 163) e Sistema Estadual de Ensino (Art. 5 e 58 da Lei Complementar n. 170) que preveem o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral, assim como as políticas nacionais previstas para o Ensino Fundamental (SANTA CATARINA, 2006, p. 74).

A EPI tem na qualidade do ensino-aprendizagem seu foco. No entanto, essa qualidade não tem como pressuposto apenas o aumento da quantidade do tempo diário de escolarização, mas também a garantia de que essa escolarização vá além do simples aprender a ler, escrever e contar (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2011, internet).

A EPI tem como pressupostos teóricos e metodológicos as orientações da Proposta Curricular de Santa Catarina, que tem como base os princípios filosóficos do materialismo histórico e dialético, e orientação pedagógica pautada na concepção histórico-cultural de aprendizagem (SANTA CATARINA, 1998).

A implantação da EPI deve se adequar à realidade de cada unidade escolar, devendo estar em acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola e com as necessidades locais. Sendo assim surgem diferentes formas de organização e operacionalização do projeto, sendo que estas devem estar em consonância com as políticas educacionais mais amplas do Estado. Entre as diferenças principais está a possibilidade que cada unidade escolar tem de escolher as disciplinas que estarão na parte diversificada, sendo a música uma dessas disciplinas.

A matriz curricular da EPI é composta pelas disciplinas da base comum proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Ensino Religioso, Artes e Educação Física) e a parte diversificada que é composta por três eixos temáticos: Linguagem e Comunicação, Ciências e Matemática, e Histórico e Social. Cada eixo é composto por um conjunto de disciplinas, como Música, Artesanato, Cultura e Movimento, Filosofia, entre outras.

Na EPI “o currículo deve ser entendido como eixo organizador e dinamizador de todas as ações educativas desenvolvidas de forma interdisciplinar e contextualizadas, de modo a constituir uma unidade de atividade curricular integrada e organizada a partir do PPP da escola” (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2011). É recomendado que não exista divisão das disciplinas da base comum em um turno e da parte diversificada em outro, para evitar que haja hierarquização entre as disciplinas: um turno oferecendo as matérias ‘importantes’ e no outro a atividades ‘complementares’.

Além disso, o documento Escola Pública Integrada (2003) destaca:

No planejamento da matriz curricular para ampliação do tempo pedagógico é importante manter equilíbrio entre atividades de caráter mais lúdico e aquelas com características mais acadêmicas. O currículo em tempo integral deve prever espaços para a realização das atividades relacionadas ao lazer, ao desenvolvimento artístico, e cultural, ao esporte, ao acesso a novas tecnologias e a práticas de participação social e cidadã, como componentes essenciais à formação humana (SANTA CATARINA, 2003, p. 6).

A seguir, o quadro de disciplinas dos anos iniciais da Escola Pública Integrada.

EIXO/HABILITAÇÃO		DISCIPLINAS	Nº de aulas	OBS
BASE COMUM – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS				
PEDAGOGO – ÁREA 01		Português	20 h	
		Matemática		
		Ciências		
		Geografia		
		História		
		Ensino Religioso		
ÁREA 02		Artes	02	
		Educação Física	03	
SUB-TOTAL			25 h	
PARTE DIVERSIFICADA – ÁREA 2				
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO	Letras	EPI/Literatura 1	02	No mínimo 02 aulas
		EPI/Literatura 2	04	
	Língua estrangeira	EPI/Inglês	02	No mínimo 02 aulas
		EPI/Espanhol		
		EPI/Francês		
		EPI/Alemão		
		EPI/Italiano		
	Artes	Artes/Música	02	No mínimo 02 aulas
		Artes Plásticas 1	01	
		Artes Plásticas 2	02	
		Artes Cênicas 1	01	
		Artes Cênicas 2	02	
		Artes/Artesanato 1	01	
		Artes/Artesanato 2	02	
	Educação Física	Educação Física/Dança 1	01	No mínimo 02 aulas
		Educação Física/Dança 2	02	
		Educação Física/Esporte 1	01	
		Educação Física/Esporte 2	02	
		Educação Física/Esporte 3	03	
		EF/Cultura e Movimento 1	01	
		EF/Cultura e Movimento 2	02	
	CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Ciências/Iniciação e Pesquisa1	01	No mínimo 02 aulas
		Ciências/Iniciação e Pesquisa2	02	
		Ciências/Ed. Tecnológica 1	01	
Ciências/Ed. Tecnológica 2		02		
Mat/Jogos Matemáticos 1		01		
Mat/Jogos Matemáticos 2		02		
HISTÓRICO E SOCIAL	EPI/Turismo 1	01	No mínimo 02 aulas	
	EPI/Turismo 2	02		
	EPI/Sociologia 1	01		
	EPI/Sociologia 2	02		
	EPI/Filosofia 1	01		
	EPI/Filosofia 2	02		
	História/História Local 1	01		
	História/História Local 2	02		

Figura 1: Matriz curricular dos anos iniciais da EPI.

Fonte: SANTA CATARINA, 2006, p. 92.

As Escolas Públicas Integradas têm autonomia para definir as disciplinas da parte diversificada que serão oferecidas, procurando aquelas que tenham afinidade com o contexto escolar e que se enquadrem no número de aulas possíveis (máximo 25 e mínimo 15 horas/aula semanais), de acordo com as características regionais e locais de cada escola. É necessário contemplar disciplinas dos três eixos temáticos (Linguagem e Comunicação, Ciências e Matemática, e Histórico e Social).

Em relação aos professores que atuam nas disciplinas da parte diversificada, o projeto prevê que profissionais de áreas ‘correlatas’ possam assumir diferentes disciplinas, como por exemplo, professores com formação em Artes Visuais ou Educação Física podem lecionar Música. O critério para contratação de professores é que estes pertençam à área 2 do ensino fundamental. A área 1 se refere aos anos iniciais, que ficam sob responsabilidade de um professor unidocente, responsável pelas diversas disciplinas. A área 2 se refere aos anos finais do ensino fundamental, onde atuam os professores especialistas de cada área (Arte, Educação Física, Matemática, Língua Portuguesa, etc.).

A questão da polivalência na área de Artes, onde um único professor é responsabilizado pelo ensino de diferentes linguagens artísticas, se mostrou inadequada e foi criticada por diversos autores (BARBOSA, 2001; PENNA, 2002; FIGUEIREDO, 2004, 2007, 2011; FONTEERRADA, 2008) A formação polivalente oferecida no curso de Educação Artística, implantado pela Lei 5692/71, se mostrou insuficiente e teve como uma de suas consequências “a superficialização de conteúdos artísticos na escola” (FIGUEIREDO, 2011, p. 6).

O problema da polivalência no ensino da Arte, antes restrito aos professores de Arte em suas diferentes habilitações, agora parece se expandir ante a possibilidade de professores de outras áreas de conhecimento atuarem no ensino de música e de outras disciplinas ‘correlatas’ no projeto Escola Pública Integrada. Esse problema talvez não seja exclusivo deste projeto, e, tendo em vista as metas de ampliação do número de escolas de tempo integral em âmbito nacional talvez fosse importante considerar que programas de segunda licenciatura pudessem contribuir com a formação de professores nas áreas requisitadas pelos programas de ampliação da jornada escolar.

Além disso, a possibilidade de contratação de professores de áreas ‘correlatas’ para atuarem na parte diversificada da EPI parece contradizer a intenção de valorização de todas as áreas descrita quando se trata do currículo integrado: as disciplinas não podem ser separadas por turnos para que não exista julgamento de valor quanto à sua importância, mas professores sem formação específica podem atuar nas disciplinas da parte diversificada. Esta situação

remete à histórica desvalorização do ensino da arte, e da música, no contexto educacional brasileiro.

A formação continuada poderia ser uma maneira de contribuir com uma formação ‘emergencial’ para os professores que assumem disciplinas fora de sua área de habilitação. Em relação à EPI, as informações obtidas nesta pesquisa revelam que não tem havido formação para os professores do projeto desde o ano de 2008. Segundo os dados levantados, no ano de 2004 os profissionais envolvidas com a EPI passaram por um processo de formação que teve como objetivo apresentar a proposta pedagógica do mesmo e sua implantação e execução. Em 2006 houve o Curso de Formação Continuada para Professores das EPIs; e em 2008 ocorreram oficinas para professores, mas que não eram voltadas para disciplinas específicas.

O projeto Escola Pública Integrada, que teve início em 2003 com a adesão de 17 escolas, chegou a contar com 129 escolas em 2008, mas devido a uma série de fatores políticos e operacionais teve seu número reduzido. No ano de 2011 contava com 68 escolas. A redução no número se deu, em grande parte, porque algumas comunidades escolares consideraram ser inviável a manutenção do projeto, já que devido a mudanças políticas a EPI deixou de ser prioridade da Secretaria de Estado da Educação (SED), não havendo incentivo para a manutenção destas escolas, faltando a realização de melhorias na estrutura física para que estas pudessem atender aos alunos em período integral e não havendo um acompanhamento mais próximo da SED nos últimos anos.

Com o passar do tempo os profissionais envolvidos com a EPI (diretores, professores) mudam, e na falta de formação continuada e orientações da SED vão se perdendo as diretrizes fundamentais da *escola de educação integral em tempo integral*. O resultado são escolas com jornada ampliada que não apresentam uma proposta pedagógica diferenciada, o que pode ser constatado, segundo a coordenadora estadual do projeto, na diminuição do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de algumas destas escolas. Este dado confirma que o aumento quantitativo no número de horas não foi acompanhado de melhora qualitativa na aprendizagem.

Através das entrevistas realizadas com a coordenadora estadual do projeto Escola Pública Integrada, professores e membros da equipe pedagógica das escolas, constatou-se que a EPI tem se mantido nas unidades em que há interesse por parte da direção e/ou dos pais em manter o projeto em execução. As razões para isso são variadas, sendo desde um compromisso educativo com a proposta de desenvolvimento integral por parte da escola até a

necessidade de deixar os filhos assistidos em local seguro no período em que os pais estão trabalhando.

1.2 A MÚSICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A música está presente nas escolas de educação básica sob diferentes formas. Em relação ao seu ensino, sob o ponto de vista da educação integral, busca-se compreender de que maneira a música, enquanto linguagem artística pode contribuir com o desenvolvimento humano. Leontiev (2000), ao tratar das funções da arte, descreve que a educação estética, uma das perspectivas do ensino da música na escola, exige o desenvolvimento de aspectos humanos que vão além de competências práticas que são alcançadas por meio da socialização.

Qualquer tipo de educação é uma prática social que prossegue o objectivo de proporcionar às pessoas determinados aspectos da experiência social acumulada, partilhada dentro de determinada sociedade. [...] A apropriação de toda esta experiência pelos indivíduos é uma parte substancial, se não uma parte significativa do processo de socialização (LEONTIEV, 2000, p. 127).

Um dos aspectos necessários para a socialização é o desenvolvimento de competências práticas para a adaptação e interação do indivíduo ao seu sistema social. Outro aspecto está relacionado ao desenvolvimento da identidade social de uma pessoa. É preciso considerar que o sujeito pertence a diferentes entidades sociais, que podem estar relacionadas a questões de nacionalidade, questões étnicas, religiosas, ideológicas, profissionais, ocupacionais, dentre outras. (LEONTIEV, 2000). A construção da identidade social baseia-se na “apropriação e assimilação da experiência, de valores e significados, de outras formas de mitologia social acumulada dentro do correspondente sistema social, que são transmitidas através do sistema de ensino” (LEONTIEV, 2000, p. 127).

No entanto, quando se trata da educação estética surgem novas questões que vão além da apropriação e assimilação das experiências, valores e significados presentes na cultura de um determinado grupo social.

A educação estética não se pode reduzir exclusivamente ao conhecimento nem à informação. Sabemos tanto teórica como intuitivamente (experimentalmente) que o contacto com a arte, adequadamente vivido e assimilado, tem algo a ver com o processo mais íntimo do desenvolvimento pessoal e da personalidade, do que simplesmente com a adaptação social (LEONTIEV, 2000, p. 128).

Leontiev coloca a experiência estética como algo que vai além do conhecimento *sobre* Arte. Revelando-se uma experiência que tem por base um processo complexo de desenvolvimento pessoal. De maneira complementar Duarte Jr. (2011) explica que:

A arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este dê maior atenção ao seu próprio processo de sentir. [...] Encontrando nas formas artísticas simbolizações para os seus sentimentos, os indivíduos ampliam o seu conhecimento de si próprios através da descoberta dos padrões e da natureza do seu sentir. Por outro lado, a arte não possibilita apenas um meio de acesso ao mundo dos sentimentos, mas também o seu desenvolvimento, a sua educação. Como, então, podem ser educados e desenvolvidos os sentimentos? Da mesma forma que o pensamento lógico, racional se aprimora com a utilização constante de símbolos (linguísticos, matemáticos, etc.), os sentimentos se refinam pela convivência com os símbolos da arte (DUARTE JR., 2001, p. 66).

Em relação à música, Penna (2008) também menciona a necessidade de se desenvolver esquemas perceptivos que tornarão o 'ser sensível à música'. Essa sensibilidade pode ser adquirida, desenvolvida num processo onde as potencialidades do indivíduo são trabalhadas com o objetivo de aprimorar suas percepções e respostas ao estímulo musical.

Musicalizar é desenvolver os instrumentos de percepção necessários para que o indivíduo possa ser sensível à música, apreendê-la, recebendo o material sonoro/musical como significativo. Pois nada é significativo no vazio, mas apenas quando relacionado e articulado ao quadro das experiências acumuladas, quando compatível com os esquemas de percepção desenvolvidos (PENNA, 2008, p. 31).

Nesse sentido a educação musical escolar cumpre a importante função de democratizar o acesso à música, possibilitando a todos o acesso a um repertório diversificado e promovendo o desenvolvimento dos esquemas perceptivos que favoreçam sua apreensão (PENNA, 2008). A função de democratizar o acesso à música também é descrita por Queiroz e Marinho (2007):

Somente promovendo experiências diversificadas de ensino da música no universo das escolas de educação básica é que poderemos proporcionar, a uma parcela significativa da sociedade, a oportunidade de vivenciar, experimentar e compreender o fenômeno musical nas suas distintas formas de expressão. Considerando que a escola de educação básica, é, *a priori*, o único espaço educacional verdadeiramente democrático, o qual todos os cidadãos têm o direito de frequentar, qualquer outro universo de ensino da música será de alguma forma seletivo, e, conseqüentemente, excludente (QUEIROZ; MARINHO, 2007a, p. 70).

Algumas pesquisas têm buscado mostrar quais funções têm sido atribuídas à música no contexto escolar brasileiro (SOUZA et al., 2002; HUMMES, 2004; SANCHOTENE,

2006). Souza e colaboradoras (2002) apresentam as quatro configurações mais usuais da música na escola:

a) música como atividade opcional ou extracurricular; b) aulas de música constituindo uma disciplina específica, ministrada por professores especialistas; c) aulas de música como parte da disciplina de educação artística, ministrada pelos chamados professores polivalentes; e/ou d) aulas de música como parte das atividades do currículo das séries iniciais do ensino fundamental, ministradas por professores unidocentes (SOUZA et al., 2002, p. 20).

Uma outra configuração possível é apresentada por Lopes (2010) ao descrever a atuação de professoras unidocentes que ministram a disciplina específica de música nos anos iniciais do ensino fundamental, atuando como especialistas. Este ‘arranjo’ se deve ao fato de não haver professores com licenciatura em música em número suficiente para atender as necessidades da rede municipal de ensino do município pesquisado por Lopes. Outra possibilidade é encontrada no projeto Escola Pública Integrada (SANTA CATARINA, 2003), onde professores das áreas de Educação Física e Arte podem assumir as aulas de música, que é disciplina curricular integrante da parte diversificada do projeto.

As diferentes configurações levam à reflexão sobre quais as referências que orientam a prática destes professores, com habilitação em outras áreas. Tendo em vista que as pesquisas sobre as funções da música na escola revelam que muitas vezes são atribuídos valores extrínsecos ao desenvolvimento musical, como: a música como meio para se trabalhar outros componentes curriculares (SOUZA et al., 2002; HUMMES, 2004; SANCHOTENE, 2006); a música voltada para apresentações em datas especiais, momentos lúdicos e para atividades de expressão corporal (COELHO de SOUZA, 2008, TIAGO; CUNHA, 2006); e música com a função de divulgar o trabalho realizado na escola, como uma forma de publicidade (SANCHOTENE, 2006).

Souza e colaboradoras (2002) resumem algumas das justificativas comumente apresentadas para a inclusão da música no currículo escolar:

a) música como terapia; b) música como auxiliar no desenvolvimento de outras disciplinas; c) música como mecanismo de controle; d) música como prazer, divertimento e lazer; e) música como meio de transmissão de valores estéticos; f) música como meio de trabalhar práticas sociais e valores e tradições culturais dos alunos; e g) música como disciplina autônoma (SOUZA et al., 2002, p. 58).

A diversidade de funções extramusicais atribuídas à música na escola parece estar intimamente relacionada aos valores atribuídos à arte na sociedade. “A maneira como é encarada a disciplina artes na escola brasileira atual é reflexo de uma “visão de mundo” que

valoriza o saber e as técnicas, e vê a arte como entretenimento ou passatempo” (FONTERRADA, 2008, p.228). Também pode ser um reflexo de experiências escolares superficiais desenvolvidas ao longo de décadas, por conta da formação polivalente instituída pela Lei nº 5692/71.

Apesar de ter havido uma mudança teórica significativa nos diversos campos do ensino das artes, e também considerando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), na prática ainda há sistemas de ensino que desconsideram a especificidade de formação do professor de arte e exigem que ele dê conta de trabalhar as diferentes linguagens artísticas: Música, Artes Visuais, Teatro, e, em alguns casos, a Dança.

Em relação aos valores atribuídos ao ensino da música, Hentschke (1991) assinala que:

[...] faz-se necessário considerar que em toda prática educacional estão refletidos os valores e crenças de seus agentes. Neste sentido, se esses valores e crenças não estiverem fundamentados, eles poderão facilmente ser transformados ou subjugados a pressões externas. A convicção e clareza com que determinados valores são estabelecidos e assumidos são de fundamental importância, pois, com base neles, de modo consciente ou inconsciente, as práticas educacionais são efetivadas. Portanto, subscrever um valor falso para a Educação Musical como, por exemplo, transformando-a em algo lúdico e passageiro, pode não só trazer prejuízo ao educando como também para a própria Educação Musical (HENTSCHKE, 1991, p. 56).

Nesse sentido, mesmo não tendo habilitação em música, espera-se que os professores que assumem a disciplina Música tenham algum tipo de formação musical, formação continuada, ou que recebam orientações sobre os objetivos e possibilidades do trabalho de educação musical escolar. Em relação a estes objetivos Hentschke e Del Ben pontuam:

O objetivo primeiro da educação musical é facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes. Além disso, o trabalho com música envolve a construção de identidades culturais de nossas crianças, adolescentes e jovens e o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Nesse sentido, é importante que a educação musical escolar, seja ela ministrada pelo professor unidocente ou pelo professor de arte e/ou de música, tenha como propósito expandir o universo musical do aluno, isto é, proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes gêneros musicais dentro da nossa própria cultura (HENTSCHKE; DEL BEN, 2003, p. 181).

Diante do exposto pela literatura apresentada verifica-se que a música tem desempenhado diferentes funções no ambiente escolar e que professores de diferentes áreas têm atuado como professores de música. No atual contexto educacional brasileiro a música tem, legalmente, seu lugar assegurado como conteúdo curricular por meio da Lei 11.769/08

(BRASIL, 2008). Além disso, há a perspectiva de ampliação do número de escolas de tempo integral no país, o que pode favorecer a inclusão da música como disciplina curricular. Sendo assim, a formação dos professores que atuam com música nas escolas é uma questão que precisa ser conhecida e discutida. Espera-se que esta pesquisa venha a contribuir com informações relevantes sobre o ensino de música nesta realidade recente, onde, no momento atual, faz-se necessária a participação de professores de outras áreas para assegurar a presença da educação musical nas escolas de educação básica. O trabalho colaborativo entre profissionais da educação é sempre positivo, mas é fundamental que se garanta a presença de educadores musicais atuando nas redes de ensino, oportunizando uma formação musical adequada e significativa para os alunos. Mais concursos, mais vagas para professores de música são necessárias, mas, antes de mais nada, a necessidade de mudança de mentalidade sobre o papel da música na educação geral é condição fundamental para que a educação musical seja oferecida efetivamente com qualidade na escola brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar como a disciplina Música está inserida e vem sendo desenvolvida em quatro escolas públicas integradas da região do Médio Vale do Itajaí – SC. Buscou-se compreender como a educação musical promovida nestas escolas se relaciona com os princípios de educação integral e currículo integrado, ideias presentes nos documentos norteadores do projeto Escola Pública Integrada. Para tanto, são utilizados como referencial teórico deste trabalho o conceito de ‘educação integral’ e ‘currículo integrado’ na concepção de Rafael Yus (2002).

2.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Segundo Yus (2002), a revolução industrial estimulou o surgimento de um pensamento compartimentalizado e padronizado que se expandiu para os mais diferentes setores da vida, atingindo também a escola.

[...] nossas escolas respiram fragmentação por todos os poros: organização (tempos, espaços) compartimentada e hierarquizada, profissionais especializados e desconectados, conhecimento fragmentado em disciplinas, unidades e lições isoladas, sem possibilidade de ver a relação dentre e entre elas, e entre estas e a realidade que os alunos vivem. Tudo isso prepara e educa para a fragmentação (YUS, 2002, p. 14).

Nesse sentido, a educação, sob a perspectiva holística, deve buscar restabelecer as conexões entre as diferentes esferas da vida. Miller (apud Yus, 2002, p. 14) aponta que a educação holística deve estar atenta a diferentes tipos de relações:

- Relações entre pensamento linear e intuição: buscar o equilíbrio por meio do uso de técnicas variadas, associando metáfora ao pensamento linear, por exemplo.
- Relações entre mente e corpo: proporcionar atividades que permitam ao aluno sentir a sintonia entre corpo e mente, como a dança, dramatização e exercícios de concentração e relaxamento.
- Relações entre domínios de conhecimento: buscar integrar as disciplinas e os temas escolares, por meio da interdisciplinaridade, por exemplo.
- Relações entre o eu e a comunidade: desenvolver habilidades interpessoais, de serviço comunitário e ação social.

- Relações entre o eu e o Eu: buscar estabelecer conexão com o ‘eu superior, superconsciente’ por meio de veículos como a dança, música, pintura, teatro.

Nesse sentido, uma proposta de educação integral deve considerar “todas as facetas da experiência humana, não só o intelecto racional e as responsabilidades de vocação e cidadania, mas também os aspectos físicos, emocionais, sociais, estéticos, criativos, intuitivos e espirituais inatos da natureza do ser humano” (YUS, 2002, p. 16). Em relação ao currículo, este deve ser pensado buscando estimular a análise destas relações, contribuindo para que o aluno se conscientize de sua existência e desenvolva as habilidades necessárias para realizar transformações quando necessário, restabelecendo, assim, a harmonia.

Yus (2002) explica que o termo ‘educação holística’ foi proposto por R. Miller em 1997

para designar o trabalho de um conjunto heterogêneo de liberais, de humanistas e de românticos que têm em comum a convicção de que a personalidade global de cada criança deve ser considerada na educação. São consideradas todas as facetas da experiência humana, não só o intelecto racional e as responsabilidades de vocação e cidadania, mas também os aspectos físicos, emocionais, sociais, estéticos, criativos, intuitivos e espirituais inatos da natureza do ser humano (YUS, 2002, p.16).

Yus (2002) apresenta uma síntese dos elementos que caracterizam a educação sob a perspectiva da educação integral:

- Globalidade da pessoa: a educação holística se preocupa com o desenvolvimento humano em seus diferentes aspectos: intelectual, emocional, social, físico, artístico/estético, criativo/intuitivo e espiritual. Partilha da ideia de inteligências múltiplas que necessitam de processos educativos diversificados.
- Espiritualidade: a concepção holística de educação valoriza a dimensão espiritual do ser humano no sentido de buscar desenvolver a harmonia e o equilíbrio individual, sem se voltar para uma filosofia ou crença específica.
- Inter-relações: a educação holística valoriza as relações entre os elementos que fazem parte do ‘todo’. No homem, busca a inter-relação entre corpo e mente; no grupo enfatiza a inter-relação entre as pessoas; entre as áreas de conhecimento propõe abordagens inter e transdisciplinares.
- Equilíbrio: o holismo busca a ruptura de visões dualísticas que contrapõem ciência e arte, razão e sentimento, informação e experiência, pensamento analítico e pensamento sistêmico, e assim por diante. Além disso, a visão holística de educação não apresenta um posicionamento radical em relação às tendências pedagógicas

tradicionais; afirma que é possível estabelecer um equilíbrio entre diferentes práticas, aproveitando-se os elementos conciliáveis.

- **Cooperação:** a educação holística visa desenvolver um espírito cooperativo entre as pessoas envolvidas no processo educativo. Ao valorizar as inter-relações entre seus membros busca desenvolver um sentido de comunidade, onde as decisões sejam coletivas e todos busquem alcançar seus propósitos de maneira colaborativa e não competitiva.
- **Inclusão:** a perspectiva holística reconhece que todo ser humano, “independente de seu coeficiente intelectual, seu sexo, sua cultura e sua classe social, possui algumas potencialidades inatas, dignas de serem desenvolvidas na escola” (YUS, 2002, p. 23). Propõe que a aprendizagem ocorra numa perspectiva intercultural, onde as diferenças sejam vistas como possibilidade de enriquecimento, dentro de uma proposta cooperativa.
- **Experiência:** a proposta holística de educação valoriza a aprendizagem pela ‘experiência vital’. Reconhece que educação é crescimento, e que este ocorre movido pelo interesse, pela curiosidade e pela busca de significados. “A educação não deve ser vista como uma ‘preparação’ para a vida, pois ela ‘é’ a vida” (YUS, 2002, p. 24).
- **Contextualização:** para a educação holística o conhecimento é produzido a partir de um contexto histórico e cultural, sendo necessário que a educação promova o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o contexto social, cultural e político no qual se está inserido. A concepção holística critica posturas reprodutoras que perpetuam as diferenças sociais.

2.2 CURRÍCULO INTEGRADO

Um dos princípios orientadores do projeto Escola Pública Integrada é o que se refere ao currículo integrado, sendo que este é compreendido como o eixo organizador das atividades educacionais e pressupõe conexão entre as disciplinas, práticas pedagógicas e o contexto social.

Yus (2002) explica que na perspectiva da educação integral o pensamento e a aprendizagem são processos sistêmicos e, sendo assim, o conteúdo escolar deve estar dentro de um contexto que seja relevante para o aluno. Na perspectiva holística o currículo deve “incentivar a transferência da aprendizagem de todas as áreas disciplinares, constituindo

autênticas pontes conceituais estendidas sobre as distâncias que separaram as disciplinas acadêmicas no passado, ajudando a estabelecer uma visão mais globalizada” (YUS, 2002, p. 42).

Segundo a perspectiva holística apresentada por Yus o currículo deve ser adaptado às necessidades de aprendizagem dos alunos. O conteúdo deve ser apresentado dentro de um contexto amplo, sendo necessária a conexão entre diferentes disciplinas. Os alunos devem ser estimulados a analisar as questões propostas a partir de diferentes perspectivas: individual, cultural, nacional e global. Além disso, por meio da aprendizagem cooperativa, os alunos são incentivados a compartilhar opiniões e experiências, explorando respostas variadas para suas questões. O objetivo maior da proposta de currículo integrado não é o simples repasse de conhecimentos, mas o aprender a aprender (YUS, 2002).

A ideia de currículo integrado pressupõe a existência de inter-relação entre as disciplinas, sendo que essa inter-relação pode acontecer em níveis variados e “adquire uma complexidade crescente conforme diminui as fronteiras das matérias inter-relacionadas” (YUS, 2002, p. 182). Existem diferentes termos utilizados para designar estas inter-relações disciplinares. A forma mais simples de aproximação entre disciplinas é conhecida como *multidisciplinaridade*: ocorre quando as disciplinas estão separadas no currículo e estabelecem conexões esporádicas entre si. A *interdisciplinaridade* se apresenta em um nível mais complexo, onde duas ou mais disciplinas se voltam para um mesmo tema fazendo com que se diluam suas fronteiras momentaneamente. A *transdisciplinaridade* aparece como uma proposta onde diferentes campos de estudo se integram totalmente em torno das questões a serem discutidas (YUS, 2002).

O modelo tradicional de currículo, fragmentado em disciplinas, não se mostra adequado aos princípios da educação holística, visto que essa proposta pretende proporcionar oportunidades múltiplas de aprendizagem e é centrada no aprendiz e não nos conteúdos. Yus (2002) afirma que a fragmentação das esferas da vida humana se reflete na compartimentalização das disciplinas escolares, e uma mudança nessa forma de organização é essencial para o desenvolvimento de um projeto de educação integral.

Yus (2002) apresenta os conceitos de ‘educação integral’ e ‘currículo integrado’ como elementos necessários para a execução de um projeto educativo que tem por base o aluno, e como objetivo principal a intensificação de suas capacidades. Partindo desses princípios, que estão em acordo com as diretrizes do projeto Escola Pública Integrada, pretende-se verificar em que medida a educação musical desenvolvida nestas escolas tem se articulado com essa visão sistêmica de educação.

3 METODOLOGIA

3.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA

Esta pesquisa tem por objetivo investigar como a Educação Musical está inserida em escolas públicas integradas da região do Médio Vale do Itajaí – SC, e para a realização do trabalho foi escolhida a abordagem qualitativa de investigação. Esta escolha se justifica porque esse tipo de abordagem apresenta características adequadas aos objetivos propostos para esta pesquisa: a investigação será realizada no ambiente natural onde ocorrem os fatos; os dados serão analisados a partir das respostas dos participantes e o pesquisador será o principal instrumento da coleta de dados (MOREIRA; CALEFFE, 2006).

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo multicaso. Yin (2001, p. 32) explica que o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O estudo multicaso proporciona ao investigador um panorama de diferentes realidades, ao mesmo tempo em que permite estabelecer relações entre os elementos investigados.

Para esta pesquisa o estudo multicaso é adequado porque permitirá conhecer como a educação musical está inserida em cada unidade escolar investigada, ao mesmo tempo em que permitirá verificar a existência de questões comuns nas diferentes escolas. Na região do Médio Vale do Itajaí foram encontradas oito escolas que fazem parte do projeto Escola Pública Integrada e destas oito escolas apenas quatro contavam com aula de música em seu quadro de disciplinas no período de realização desta pesquisa.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram observação das aulas de música, entrevistas semiestruturadas com a coordenadora estadual do projeto Escola Pública Integrada, com os professores de música das escolas participantes e um membro da equipe pedagógica de cada escola, além da análise de documentos. A escolha pela observação justifica-se porque esta possibilita o contato direto entre o pesquisador e o contexto investigado, permitindo que se acompanhem as experiências no local em que estas ocorrem

(LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Neste estudo foram observadas as aulas de música de oito turmas dos anos iniciais do ensino fundamental de quatro escolas de tempo integral.

A entrevista semiestruturada foi escolhida porque, por não apresentar um roteiro rigidamente pré-determinado, permite ao pesquisador realizar adaptações durante a entrevista, possibilitando que se façam ajustes, que se corrijam informações ou que se aprofundem questões que surjam no momento da entrevista (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Neste trabalho foram entrevistados a coordenadora estadual da EPI, os professores de música e um membro da equipe pedagógica de cada escola, podendo ser o diretor, auxiliar de direção, assistente técnico pedagógico ou especialista em educação. O critério de escolha adotado foi o tempo de experiência profissional na EPI e a disponibilidade em participar da pesquisa. Os temas abordados nas entrevistas dos professores foram os seguintes: conhecimento que os professores têm sobre o projeto Escola Pública Integrada; seus conceitos de ‘educação integral’; funções e objetivos da educação musical escolar; possibilidades de integração curricular entre a música e outras disciplinas; materiais utilizados nas aulas de música; critérios para organização e seleção de conteúdo. A entrevista com um membro da equipe pedagógica de cada escola teve como objetivo complementar as informações sobre o funcionamento do projeto em cada unidade e identificar qual o papel atribuído ao ensino da música segundo estes profissionais.

A análise de documentos se mostra também adequada a este trabalho porque permite o acesso a informações sobre o contexto a ser pesquisado (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Neste caso foram investigados os documentos norteadores da Escola Pública Integrada, o Projeto Político Pedagógico de cada escola e o planejamento anual dos professores envolvidos.

Com o intuito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa as escolas serão identificadas pelas letras A, B, C, D e os nomes dos professores foram substituídos por pseudônimos. Os membros da equipe pedagógica de cada escola são identificados pela função e a letra da escola, ficando da seguinte forma:

Escola	Participante
A	Diretor A
B	Diretora B
C	Auxiliar de direção C
D	Especialista em educação D

Figura 2: Relação de membros da equipe pedagógica de cada escola que participaram da pesquisa.

3.3 CRITÉRIOS DE ESCOLHA

Na região do Médio Vale do Itajaí existem diferentes programas educacionais que se propõem a oferecer atividades educacionais complementares aos alunos da rede pública de ensino. Considerando-se as propostas vinculadas à rede estadual de educação, o projeto Escola Pública Integrada é o único que apresenta uma proposta de educação fundamental em tempo integral, ou seja, todos os alunos dos anos iniciais devem frequentar a escola em período integral, não sendo facultativa a participação nas disciplinas da parte diversificada. Sendo assim, nestas escolas a música pode se configurar como disciplina curricular, não sendo uma atividade complementar optativa. Por este motivo optou-se por realizar a pesquisa nas escolas públicas integradas daquela região.

3.3.1 A região do Médio Vale do Itajaí

O estado de Santa Catarina é geograficamente dividido em oito grandes regiões: Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul, Meio Oeste e Oeste¹.



Figura 3: Mapa com divisão geográfica do estado de Santa Catarina

Fonte: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm>>

As regiões, por sua vez, estão subdivididas em vinte microrregiões. A microrregião denominada Médio Vale do Itajaí é composta pelos seguintes municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. A região foi colonizada principalmente por

¹ Informações obtidas em <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm>>

imigrantes de origem germânica e italiana, e tem como base econômica a indústria têxtil e metal-mecânica².

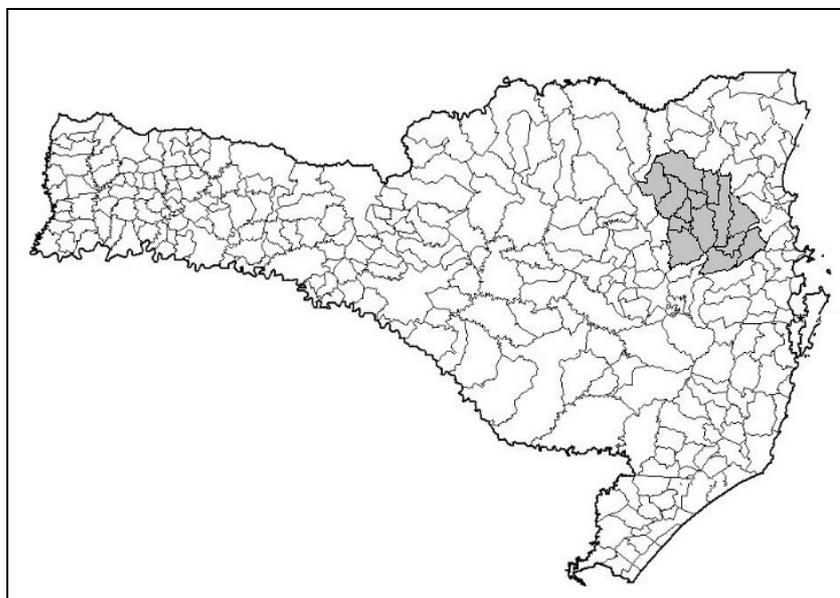


Figura 4: Municípios que formam o Médio Vale do Itajaí – SC

Fonte: adaptado de <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm>>

Nos quatorze municípios que compõem o Médio Vale do Itajaí existem setenta e sete escolas de educação básica da rede estadual de ensino, e destas, oito escolas fazem parte do projeto Escola Pública Integrada³. As oito escolas estão localizadas em três municípios diferentes (um município com cinco escolas, outro com duas e o último com uma escola).

3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O primeiro passo para a realização desta pesquisa foi identificar quais escolas da região faziam parte do projeto Escola Pública Integrada. Isso foi feito através de uma busca na internet onde foi possível encontrar a listagem das escolas no *site* da Secretaria de Estado da Educação, foram encontradas oito escolas. Destas oito escolas, quatro contavam com a

² Informações obtidas no site da AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí. Disponível em: <http://www.ammvi.org.br/conteudo/?item=1970&fa=803> Acesso em: 23/05/11.

³ Informação obtida no site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Disponível em <<http://sistemas.sed.sc.gov.br/serieedu/oreluere.aspx?eT94JBL06jK0kgQlqyLVMg==>> Acesso em : 23/05/11.

disciplina Música no período de realização desta pesquisa, em dois municípios. Em contato realizado com os diretores das oito escolas públicas integradas verificou-se que a disciplina Música já fez parte da matriz curricular de todas elas, mas que no ano de realização desta pesquisa não havia professores disponíveis para lecionar música em quatro delas, e por isso a disciplina foi substituída por outras. Desta forma, as quatro escolas que ofereciam música foram convidadas a participar deste projeto de pesquisa, representando a totalidade de escolas públicas integradas da região do Médio Vale do Itajaí com música em sua proposta curricular no ano de 2011.

Após o levantamento do número de escolas que ofereciam a disciplina Música na região, foi solicitada a autorização para a realização da pesquisa nas duas gerências regionais de educação onde se encontram as escolas. A gerência regional de educação é o órgão local subordinado à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, responsável pela administração e desenvolvimento do ensino nas escolas da rede estadual de ensino de uma determinada região. Devido à localização geográfica das escolas investigadas, foi preciso solicitar permissão para a realização da pesquisa em duas gerências regionais de ensino. Após essa aprovação, foi feito contato com os diretores e com os quatro professores de música das escolas. Todos aceitaram participar da pesquisa.

Em conversa com os professores participantes foram escolhidas as turmas que fariam parte do estudo. Devido ao tempo disponível para a realização das observações estabeleceu-se que seriam duas turmas de anos diferentes em cada escola e as observações ocorreriam em quatro semanas de atividades. Cada turma tem duas aulas de música por semana, o que totalizaria oito aulas em cada turma, dezesseis aulas em cada escola. Devido à mudança no horário das aulas de música da Escola D foi possível realizar a observação de 12 aulas ao invés de 16; e na Escola A foram observadas 8 aulas, devido à paralisação das atividades na escola decorrente de greve do magistério⁴. As turmas que participaram da pesquisa foram as seguintes:

Escola	Turmas
A	1° ano e 4° ano
B	1° ano e 3° ano
C	1° ano e 4° ano
D	1° ano e 3° ano

Figura 5: Relação das turmas que fizeram parte da pesquisa.

⁴ A tabela com datas das observações e entrevistas está no Apêndice 5.

A princípio as observações e entrevistas com os professores e membros da equipe pedagógica deveriam ser feitas durante os meses de maio e junho de 2011, mas após duas semanas do início da pesquisa teve início uma greve do magistério da rede estadual que provocou a paralisação das atividades em três das escolas que participaram deste trabalho (escolas A, B e C). Assim, a coleta de dados na Escola D se encerrou em junho, e nas outras escolas em agosto de 2011, pois a greve durou 62 dias. A entrevista com a coordenadora estadual do projeto Escola Pública Integrada aconteceu no mês de outubro de 2011. As observações foram registradas em um caderno de registro organizado por aula, destacando-se as atividades realizadas e os procedimentos adotados pelos professores.

As entrevistas foram gravadas em gravador digital, transcritas e enviadas aos entrevistados por e-mail para que estes pudessem fazer correções ou alterações em suas respostas. As transcrições foram lidas diversas vezes a fim de identificar palavras, frases ou ideias que se repetissem no discurso dos participantes. Após a análise das falas de cada um buscou-se estabelecer relações entre o discurso dos respondentes, que deram origem a categorias que foram analisadas com base no referencial teórico e em estudos relativos à educação integral e educação musical.

4 CONHECENDO AS ESCOLAS E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os dados da pesquisa sobre a educação musical nas escolas públicas integradas da região do Médio Vale do Itajaí – SC. Serão apresentadas as escolas, os professores de música e as informações obtidas nas observações e entrevistas realizadas.

Em relação à localização das escolas, as escolas A e C pertencem a um mesmo município, que tem aproximadamente 33 mil habitantes, colonizado basicamente por imigrantes germânicos e italianos. As escolas B e D estão localizadas em um município com aproximadamente 300 mil habitantes, fundado por colonizadores alemães. Com economia diversificada, este município se destaca na produção de *softwares* e setor têxtil.

Os dados das escolas referentes à estrutura física, número de alunos e período de funcionamento da EPI foram obtidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola. Uma mesma escola pode possuir turmas classificadas em ‘séries’ e outras turmas em ‘anos’, visto que o ensino fundamental de 9 anos está sendo implantado de maneira gradativa na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Para evitar incorrer em erros na tentativa de adaptar a identificação das turmas à nova nomenclatura, optou-se por manter o termo utilizado no PPP da escola, ou seja, as turmas serão classificadas em ‘séries’ ou ‘anos’ de acordo com os PPPs.

4.1 ESCOLA A

A Escola A atende alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino. No ano de 2011 atendia cerca de 325 alunos. Destes, 132 eram atendidos em período integral, de 7 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira. A turma do 5º ano não foi contemplada com a jornada ampliada por falta de salas.

A escola teve o projeto Escola Pública Integrada implementado no ano de 2004, atendendo, naquele ano, apenas a 1ª série. Em 2005 o projeto foi interrompido por causa de reformas no espaço escolar, sendo retomado em 2006 com a 1ª série. Em 2007 o projeto funcionou com 1ª e 2ª séries, em 2008 com turmas de 1ª a 3ª séries, e a partir de 2009 de 1ª a 4ª série. No ano de 2011 as disciplinas da parte comum e diversificada não estavam separadas por turnos, cumprindo o que está proposto nos documentos orientadores da EPI. A seguir o quadro com disciplinas da parte diversificada da EPI nesta escola:

Disciplinas	No. aulas semanais
Literatura	02
Inglês	02
Artes/Música	02
Artes/Cênicas	02
Educação Física/Dança	02
Educação Física/Esporte	02
Cultura e Movimento	02
Filosofia	02
Matemática/Jogos matemáticos	02
Ciências/Iniciação à pesquisa	02
	Total: 20

Figura 6: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola A.

A Escola A dispõe de 12 salas de aula, sala de vídeo, biblioteca, sala informatizada, sala para o Lego⁵, refeitório, ginásio de esportes, sala para os professores, duas cozinhas e um parquinho para os alunos da EPI. Para as aulas de música a escola disponibiliza aparelho de som e não dispõe de livros sobre música ou educação musical. Os instrumentos musicais utilizados nas aulas (teclado, violão, percussão) são do professor.

Na Escola A a música sempre esteve presente como disciplina da parte diversificada da EPI, mas em outros anos havia ficado sob responsabilidade de professores de Artes Visuais. Em 2011 a disciplina estava sob responsabilidade de um professor com habilitação em música.

Em relação ao ensino da música na escola de tempo integral, o diretor comenta:

a música é um elemento cultural importante. A música desenvolve o raciocínio, a criatividade, desenvolve a percepção dos sons, é uma atividade recreativa, acalma em determinados momentos e desperta as emoções. Perante o que foi citado, demonstra grande importância quando trabalhada de forma pedagógica (Entrevista. Diretor A, 27/07/11).

⁵ O projeto Lego Educacional foi implantando em algumas escolas de Ensino Fundamental da rede pública estadual e tem por objetivo contribuir com a implantação da Educação Tecnológica e promover o desenvolvimento de atividades inter e multidisciplinares (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2011, internet). O Lego Educacional é composto por kits onde, além das peças de montar, são utilizadas engrenagens e motores movidos a pilha.

Em relação à integração curricular, o diretor conta que em anos anteriores existiu a proposta de trabalho por projetos, onde todas as disciplinas, tanto da matriz comum quanto da parte diversificada deveriam orientar-se de acordo com um tema específico. Segundo ele essa sistemática foi abandonada porque “*o trabalho era grande e o resultado pode ser o mesmo de atividades interdisciplinares*” (Entrevista. Diretor A, 27/07/11). O diretor acrescentou que a escola apoia a prática interdisciplinar, mas de forma livre, os professores decidem como fazer. As reuniões de planejamento da EPI, segundo ele, são quinzenais.

4.1.1 O professor de música na Escola A

O professor de música, que aqui será denominado Antônio, possui licenciatura em música e cursa especialização em ‘Arte na educação infantil e séries iniciais’. Trabalha como professor de Arte em outra escola, é professor de piano na fundação cultural do município, e, na escola que participa desta pesquisa, além de Música também leciona Artes Cênicas. No período de realização desta pesquisa o professor estava iniciando aulas de lira de fanfarra como atividade extracurricular na Escola A. Antônio tem 23 anos e trabalha como professor de Arte e Música há pouco mais de três anos. Iniciou seus estudos musicais ainda na adolescência, na igreja na qual é organista. É o primeiro ano que trabalha na EPI.

Na entrevista o professor afirmou conhecer pouco sobre o projeto Escola Pública Integrada. Disse que nessa escola não há reuniões de planejamento específicas para os professores da EPI. Disse também que a direção da escola incentiva a realização de atividades interdisciplinares, mas que isso fica a critério dos professores. Foi perguntado ao professor se ele costuma realizar atividades interdisciplinares, ao que ele respondeu que eventualmente realiza atividades em conjunto com a professora da disciplina Cultura e Movimento, onde trabalham músicas com expressão corporal.

Em relação ao conceito de ‘educação integral’, Antônio respondeu: “*a gente trabalha pra formar um cidadão, buscando melhorar, aprimorar a sociedade. O professor tem que buscar o desenvolvimento integral do aluno independente de ser numa escola de tempo integral ou não*” (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11). E sobre o papel da educação musical nessa perspectiva de formação integral, o professor afirma que sua importância reside no fato de a música “*trabalhar a sensibilidade, ter um feeling pras coisas; se a pessoa desenvolve a sensibilidade pra música ela vai desenvolver a sensibilidade pra muitas outras coisas. Não precisa, necessariamente, começar com música, mas é mais uma fonte que trabalha o sensível*” (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Sobre o repertório trabalhado nas aulas, o professor considera que é necessário que as músicas “*sempre tenham alguma mensagem positiva, apropriadas ao universo infantil. Acho que a escola, a aula de música deve trazer algo a mais, ampliar o repertório do aluno, por isso não faço questão de trabalhar músicas veiculadas na mídia*” (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11). Segundo o professor as canções trabalhadas devem falar de valores, como respeito e importância da família.

Foi questionado sobre a aceitação dos alunos em relação a músicas que eles não conhecem e se, eventualmente o professor também utiliza repertório sugerido pelas crianças. O professor informou que os alunos não pedem outras músicas porque no início do trabalho ele explicou a elas que “*a aula de música tem o objetivo de trazer algo novo, de enriquecer o conhecimento que eles têm de música. Os alunos compreendem a proposta, entendem que é um trabalho de educação musical e que aquelas músicas são escolhidas com um propósito*” (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Como o professor tinha experiência lecionando a disciplina Arte em outra escola, foi perguntado se ele identifica diferenças no trabalho de educação musical sendo Música uma disciplina curricular, como na EPI, e estando ela como conteúdo da disciplina Arte.

Sim. O fato de a música ser uma disciplina específica faz uma grande diferença. A música está num espaço que é dela. Enquanto que quando se trabalha a música na disciplina de Artes, os alunos reclamam quando se trabalha música, porque para eles as aulas de Artes devem ser de artes visuais. Na EPI eles têm ciência de que a aula é de música (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

O professor explicou que como este é o primeiro ano que trabalha com música naquela escola o planejamento das aulas está bastante parecido para todas as turmas em relação aos conteúdos.

Nesse ano minha proposta é trabalhar o canto, a audição, quero que eles tenham oportunidade de escutar músicas diferentes daquelas que eles estão habituados. No próximo ano pretendo aprofundar alguns conceitos, trabalhar com leitura, apresentar as notas musicais. Acho importante eles saberem que existe uma forma tradicional de registro da música. (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Foi perguntado ao professor como ele avalia o trabalho de educação musical que vem sendo desenvolvido naquela escola. Ele respondeu que tem percebido avanços, não só em aspectos musicais, como a melhora na afinação ao cantar, mas também no comportamento dos alunos, na aceitação das atividades propostas. Em relação aos usos da música na escola, Antônio afirma que a música é valorizada apenas para as apresentações das datas festivas.

Antônio comenta que uma das dificuldades encontradas é a falta de tempo para planejamento, já que os professores ficam com os alunos inclusive no horário de almoço. Segundo o professor, seriam necessárias mais horas-atividade⁶, assim como recursos materiais para as aulas.

Antônio comenta que a escola de tempo integral pode ser um espaço de ampliação de aprendizagens, mas que naquela escola as iniciativas de realização de um trabalho diferenciado, de integração entre disciplinas, por exemplo, acontecem pouco, e por iniciativa dos professores, não se configurando como uma meta da escola. Na opinião do professor, a falta de diálogo em relação à proposta educativa da EPI faz com que o projeto perca sua essência.

Se não existir um cuidado com a parte pedagógica a EPI acaba se tornando um projeto assistencialista. A educação em período integral é assistencialista, a grande maioria tá aqui por que os pais não têm condições de cuidá-los o dia todo, então são mandados pra cá. Mas mesmo dentro desse contexto eu acho que a gente pode fazer diferente, eu busco diferenciação no meu trabalho. Eu acho que a gente tem a obrigação de contribuir o máximo que a gente pode com a formação do aluno (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Nesse sentido, a realização de reuniões de planejamento em conjunto, orientações e incentivo por parte da equipe diretiva da escola poderiam resultar em um trabalho conjunto que fosse mais significativo, pensando na perspectiva da educação integral.

4.1.2 As aulas de música na Escola A

Na Escola A foram observadas 8 aulas. As aulas de música costumam acontecer na sala de aula de cada turma, onde as carteiras e cadeiras ficam dispostas de maneira tradicional, uma atrás da outra. Eventualmente o professor leva os alunos para o pátio da escola ou para a sala de vídeo, onde há cadeiras, colchonetes e uma área maior para as atividades.

Em uma das aulas com o 4º ano o professor ensinou uma música chamada *Ciranda*, tirada de um livro de canções para crianças da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. A letra foi passada no quadro para que os alunos copiassem. O professor explicou o conceito de ‘melodia’ e ‘andamento’ usando aquela música e citando outras. Depois os alunos cantaram e o professor acompanhou com o violão. O professor convidou os alunos a irem para fora da sala e lá fizeram um círculo e dançaram de mãos dadas, ora girando, ora dançando parados deslocando o pé para frente e para trás. Voltando para a sala o professor

⁶ Hora-atividade se refere ao tempo destinado ao planejamento dentro da carga horária de trabalho do professor.

propôs que fizessem um alongamento, trabalharam respiração e andaram pela sala seguindo a pulsação indicada pelo professor. Para finalizar a aula o professor pegou um fantoche e contou uma história sobre a importância da escola. As crianças ouviram atentas, e ao final o ‘boneco’ se despediu abraçando cada uma delas. Terminaram a aula cantando uma canção em língua espanhola e fazendo percussão corporal.

Com a turma do 1º ano o professor assistiu ao vídeo da apresentação do Dia das Mães, onde todas as turmas cantaram juntas e o professor acompanhou com teclado. Depois do vídeo o professor separou a turma em dois grupos: meninos de um lado e meninas de outro. Cada grupo ficou em um lado da sala. O professor pegou um pandeiro e mostrou diferentes possibilidades sonoras do instrumento: batendo, chacoalhando, deslizando o dedo e tocando diferentes ritmos. Combinou com os alunos que um determinado ‘toque’ seria o comando para que os meninos avançassem para o território das meninas, seguindo o pulso, e um outro ‘toque’ seria o comando para que as meninas avançassem em direção ao território dos meninos, que deveriam fugir, e assim sucessivamente. Aquele que não notasse a mudança no ritmo tocado seria capturado pelo grupo oposto e estaria fora da brincadeira.

Em outro dia o professor levou a turma do 1º ano para a sala de Arte. Ao entrarem uma aluna comentou sobre a imagem de uma árvore pintada na parede da sala, o professor conversou sobre as cores e detalhes da árvore e aproveitou o ensejo para lembrar uma canção que falava da natureza. Neste dia o professor distribuiu folhas coloridas aos alunos, pediu que as observassem e verificassem se, com a folha parada era produzido algum som. Pediu que os alunos trocassem as folhas entre si sem produzir sons. Solicitou aos alunos que mexessem com as folhas explorando diferentes sonoridades e que imitassem aquelas sonoridades com sons vocais. Por fim conversaram e chegaram à conclusão que o som surge a partir de alguma forma de movimento.

Na continuação da aula o professor convidou os alunos a fecharem os olhos e escutarem os sons do ambiente, depois comentaram sobre o que ouviram. O professor distribuiu também alguns copos plásticos e pediu que cada um se apresentasse produzindo um som com o copo e indicasse um colega para continuar, e assim sucessivamente. Por fim, cantaram músicas acompanhando com os copos, depois cantaram fazendo gestos e sons com o corpo, como bater palmas e pés.

Em conversa com o professor Antônio, este destaca que considera importante trabalhar aspectos qualitativos no desenvolvimento musical, e cita: despertar o interesse pela descoberta de fontes sonoras, levar à reflexão sobre os sons dos diferentes ambientes, despertar a consciência para as diferentes formas de entonação ao cantar, desenvolver a afinação. O

professor comenta que pretende desenvolver mais atividades de percussão corporal e construção de instrumentos com material reciclável. Ressalta que, mesmo trabalhando com instrumentos construídos pelos alunos é importante primar pela qualidade do som, não basta construir e tocar.

4.2 ESCOLA B

A Escola B atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental nos períodos matutino e integral. No ano de 2011 atendia 208 alunos. O projeto Escola Pública Integrada foi implantado em 2004, atendendo, a princípio, os alunos de pré-escolar e 1ª e 2ª séries. A partir de 2005 também passaram a ser atendidas as turmas de 3ª e 4ª séries. No período de realização desta pesquisa cerca de 100 alunos participavam da EPI, frequentando a escola de 7 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos de segunda a sexta-feira.

Nesta escola as disciplinas da parte comum e diversificada acontecem sem separação de turnos. A seguir o quadro com as disciplinas específicas da EPI na Escola B.

Disciplinas	No. aulas semanais
Literatura	04
Inglês	02
Artes/Música	02
Cultura e Movimento	02
Ciências/Ed. Tecnológica	02
Matemática/Jogos matemáticos	02
Filosofia	01
	Total: 15

Figura 7: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola B.

A escola conta com 9 salas de aula, sala de Artes, biblioteca compartilhada⁷, sala de informática, sala de professores, corredor para refeição e lanche (a escola não tem refeitório),

⁷ Algumas áreas estão sendo compartilhadas com uma escola que teve suas instalações destruídas nos deslizamentos de terra que aconteceram na região no ano de 2008. Desde então duas escolas têm dividido o espaço que antes era exclusivo da escola pesquisada.

ginásio de esportes. A escola tinha mais salas, inclusive uma sala para aulas de música e dança, que atualmente estão cedidas para outra unidade escolar.

A diretora comentou que a disciplina Música sempre fez parte do quadro de disciplinas da EPI na Escola B, mas que nunca contou com um professor habilitado na área, sempre ficando a disciplina sob responsabilidade de professores da área de Artes Visuais ou Educação Física. Comentou também que faz questão de conversar com os professores que assumem as disciplinas da parte diversificada explicando que é necessário desenvolver atividades interessantes, de forma lúdica. A diretora considera que é necessário um determinado perfil profissional para trabalhar na escola de tempo integral, e que nem todo professor se adequa a essa proposta.

A escola de tempo integral tem que ser atrativa, significativa, tem que ser diferente. Não pode ser apenas reforço, tem que se pensar em ampliar as possibilidades de aprendizagem do aluno, e isso tem que ser feito de maneira criativa, para que não seja cansativo para o aluno permanecer tanto tempo na escola (Diretora B. Entrevista, 04/07/11).

Em relação às reuniões de planejamento da EPI, a diretora explica que são essenciais para que haja integração entre as atividades. No ano de 2011 a escola não estava realizando as reuniões com frequência por razões operacionais. Até o mês de julho, data da entrevista, havia acontecido apenas uma reunião pedagógica, que não foi específica para tratar de assuntos da EPI. A intenção é que as reuniões sejam bimestrais.

Em relação ao ensino de música na escola, a diretora comentou que considera importante que a música esteja presente como disciplina para que seja oportunizada a todos os alunos. Além disso, segundo a diretora, o ensino de música na escola de educação básica pode contribuir com o desenvolvimento da criatividade, estimular a expressão corporal e a comunicação.

4.2.1 A professora de música da Escola B

A professora, que aqui será chamada Beatriz, tem 24 anos e é formada em Educação Física. Atua no magistério há cerca de dois anos e está na EPI desde o início de 2011. Além da disciplina Música também leciona Cultura e Movimento na mesma escola.

A professora afirma não ter tido nenhuma vivência musical específica, como aprender a tocar um instrumento ou participar de um coral. No curso de Educação Física as atividades

que envolviam música sempre estavam relacionadas à dança. Beatriz pretende desenvolver um trabalho com dança nas próximas aulas de música da EPI.

Em relação ao projeto Escola Pública Integrada, a professora explica que recebeu orientações da diretora quando assumiu a disciplina; essas orientações foram relativas “*a trabalhar essas disciplinas de um modo diferente, não do jeito tradicional, que não deve ser maçante, porque o aluno fica muito tempo na escola*” (Entrevista. Professora Beatriz, 04/07/11).

Sobre o conceito de ‘educação integral’, a professora a compreende como “*uma educação que desenvolva a pessoa por inteiro. A escola não tem que ser um lugar onde o aluno fica parado pensando, ele tem que aprender a se expressar de diferentes formas*”, e, nesse sentido “*a música é importante por que é uma forma de comunicação*” (Entrevista. Professora Beatriz, 04/07/11). Em diferentes momentos a professora enfatiza a necessidade de propiciar atividades que incentivem a consciência e a expressão corporal.

Quanto à seleção dos conteúdos das aulas, a professora comenta sobre a necessidade de realizar atividades diversificadas, já que o aluno fica mais tempo na escola. “*Às vezes trabalho com eles atividades que não tem tanto a ver [com a disciplina Música], mas faço isso pra conseguir trabalhar com eles*” (Entrevista. Professora Beatriz, 04/07/11). Nesse sentido a preocupação maior parece residir no fato de ocupar o tempo do aluno, e não na aprendizagem musical em si.

Quanto ao repertório escolhido para as aulas, a professora comenta que os alunos gostam de músicas que não estão adequadas à faixa etária deles. “*Os alunos gostam de músicas atuais, coisas como brincadeiras de roda e músicas folclóricas eles dizem que é coisa de criança. Eles querem música da novela Rebelde*” (Entrevista. Professora Beatriz, 04/07/11).

Em relação à integração curricular, a professora comenta que não são realizadas atividades interdisciplinares na escola. A única forma de integração que ocorre é a junção de turmas para realizar ensaios para apresentações, como Festa Junina. As apresentações nas datas festivas seriam o principal uso da música na escola.

Foi perguntado à professora como ela avalia o trabalho de educação musical que vem sendo desenvolvido na escola. Beatriz responde que não se sente preparada para dar aulas de música, mas que está se esforçando e está disposta a aprender, gostaria de fazer cursos, oficinas. Também comenta sobre a necessidade de conhecer melhor o projeto EPI, e que seria interessante trocar experiências com outros professores.

Sobre as dificuldades para a realização do seu trabalho, a professora comenta que a principal é encontrar atividades relacionadas à música e adequá-las à faixa etária dos alunos. Também seriam necessárias melhorias no espaço físico da escola, materiais para as aulas, e mais orientações sobre como trabalhar a disciplina.

Sobre o trabalho em uma escola de tempo integral, Beatriz considera que o professor precisa estar mais atento ao aluno, afinal, ele passa mais tempo sob responsabilidade da escola. Além disso, a professora acredita que seja importante estabelecer uma relação de maior proximidade com os alunos, conversar mais e escutá-los mais. “*Acho que professor não tem que se preocupar só com o que é técnico, também tem muito sentimento envolvido na aprendizagem. Formação do aluno não é apenas aquisição de conteúdo*” (Entrevista. Professora Beatriz, 04/07/11).

4.2.2 As aulas de música observadas na Escola B

Na Escola B foram observadas dezesseis aulas. As aulas de música acontecem nas salas de aula das disciplinas regulares, sendo que eventualmente a professora leva os alunos à quadra de esportes. Na escola não há livros, instrumentos, ou qualquer outro material que seja específico para as aulas de música, apenas aparelho de CD.

Nas dezesseis aulas de música que foram observadas a professora realizou atividades que envolviam canto, dança, percussão corporal, desenho, pintura, ensaios para a Festa Junina e propôs a criação de um jornal, que deveria ser elaborado e apresentado pelos alunos nos moldes dos jornais televisivos. Beatriz explicou que seu planejamento foi baseado em planos de aula elaborados pelos professores de música da escola dos anos anteriores. Vale notar que a professora de música do ano anterior, 2010, também tinha formação em Educação Física. A professora comentou ainda que encontra dificuldade em desenvolver novas atividades e adequá-las à faixa etária dos alunos. Suas fontes de pesquisa para o planejamento, além dos planos de trabalho de professores de anos anteriores, são a internet e livros de Educação Física que trazem atividades com música.

Nas aulas com o 1º ano a professora realizou atividades com a música *Escravos de Jó*. A professora solicitou aos alunos que, em grupos, elaborassem uma coreografia e apresentassem para os outros grupos. Depois das apresentações colocou os alunos em fila e solicitou que cantassem seguindo os movimentos feitos pelo primeiro aluno da fila, que poderia marchar, agachar, andar em linha, círculo, e assim por diante. Em outro dia a professora levou figuras para a elaboração de um jogo da memória. As figuras eram de

objetos, animais, insetos, e deveriam ser pintadas e recortadas. Na aula seguinte foi feito ensaio para a Festa Junina da escola. A professora levou a turma do 1º ano para ensaiar junto com uma turma do 2º ano. As crianças ouviram as músicas que iriam dançar e que estavam gravadas em CD. As músicas eram: *Pula fogueira*, *O balão vai subindo* e *Cai, cai balão*.

Com o 4º ano a professora trabalhou a música *Tchi cá bum*, que é uma canção onde um verso deve ser repetido sendo cantado de diferentes formas: alto, baixo, devagar, rápido, ‘grosso’, ‘fino’, e assim por diante. Essas diferentes formas são determinadas pelo grupo antes de começar a cantar. A professora explicou que encontrou a letra da música em um livro de atividades para Educação Física e que criou a melodia, porque não conhecia a música.

Outra atividade realizada com a turma de 4º ano foi um jogo com palavras. Os alunos ficaram sentados em círculo, um iniciava dizendo uma palavra, o seguinte deveria repetir a palavra do anterior e acrescentar uma nova, e assim cumulativamente até o último. Depois a atividade foi repetida utilizando-se gestos e sons corporais. Outra proposta apresentada pela professora foi a criação de um jornal humorístico, que seria elaborado em grupos e apresentado aos colegas. Os alunos deveriam criar notícias, elaborar entrevistas e apresentar a previsão do tempo. No último dia de observação nesta escola os alunos apresentaram o jornal e entregaram o roteiro escrito da apresentação para a professora.

4.3 A ESCOLA C

Esta escola teve o projeto Escola Pública Integrada implementado em 2004, atendendo inicialmente duas turmas de 1ª série, sendo progressivamente ampliado a todas as turmas até a 4ª série. As turmas do 5º ano não são contempladas com a jornada ampliada porque não há salas disponíveis. Em 2011 a Escola C atendia 352 alunos, sendo que destes, 160 são atendidos em tempo integral. A escola atende os alunos da EPI de segunda a quinta-feira de 7 horas e 30 minutos às 15 horas e 45 minutos, e na sexta-feira de 7 horas e 30 minutos até 11 horas e 30 minutos. A cada quinze dias são realizadas reuniões de planejamento na sexta-feira à tarde.

A escola possui 13 salas de aula, laboratório de Ciências, sala de Artes, sala de Música, biblioteca, auditório, sala de professores, sala de informática, gabinete de direção, sala da assistente técnico-pedagógica, secretaria, depósito, refeitório, cozinha e ginásio de esportes. A sala de Música foi uma das melhorias feitas nesta escola tendo em vista a

necessidade de ampliação dos espaços para o atendimento dos alunos em tempo integral. Também foi ampliado o número de salas e construído um refeitório fechado.

Na Escola C as disciplinas da parte comum e diversificada não estão separadas por turnos. A seguir o quadro com disciplinas da parte diversificada da EPI nesta escola.

Disciplinas	No. aulas semanais
Literatura	02
Inglês	02
Artes/Música	02
Artes/Artes Cênicas	02
Ciências/ Educação Tecnológica	02
Ciências/Iniciação à pesquisa	02
Educação Física/Esporte	02
Matemática/Jogos matemáticos	02
Filosofia	01
	Total: 17

Figura 8: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola C.

No ano de 2011 a escola não oferecia atividades extracurriculares, mas já teve uma fanfarra, que deixou de existir por falta de recursos para a manutenção dos instrumentos.

Em relação à entrevista com um membro da equipe pedagógica, nesta escola a participante foi a auxiliar de direção. Ao falar sobre a EPI ela destacou a escola de tempo integral como uma possibilidade do aluno ampliar seus conhecimentos e desenvolver habilidades. Sobre o funcionamento do projeto Escola Pública Integrada naquela escola, ela salienta que é vital para a eficiência do projeto pedagógico que haja diálogo entre os professores da parte comum e os da parte diversificada. Nesse sentido, as reuniões de planejamento, que nesta escola são quinzenais, contribuem muito para que se determinem os conteúdos, elaborem estratégias e resolvam eventuais problemas que podem acontecer na sala de aula.

Eu acho que as disciplinas têm que se complementar. A parte diversificada contribuindo com as disciplinas da parte comum. Também é importante que usem outros espaços da escola, não ficando só na sala de aula, e que se utilizem caminhos diferentes pra ensinar, saindo do tradicional (Auxiliar de direção C. Entrevista, 05/07/12).

A auxiliar de direção disse também que, na perspectiva da educação integral, a escola não pode se preocupar apenas com os conhecimentos básicos das disciplinas. “*É preciso pensar no aluno como um todo. Ele fica bastante tempo aqui, então a gente tem que se preocupar com a educação alimentar, hábitos de higiene, disciplina...*” (Auxiliar de direção C. Entrevista, 05/07/11).

Em relação ao ensino da música, ela considera que o trabalho com esta área pode contribuir para que o aluno tenha interesse pelo conteúdo que está sendo abordado, contribuindo inclusive no processo de alfabetização. Comenta ainda que por meio da música é possível trabalhar valores, a expressividade, além disso, as atividades com música favorecem o trabalho em conjunto.

4.3.1 A professora de música na Escola C

A professora de música na Escola C, que será chamada Clara, tem 48 anos, atua como professora há 11 anos, sendo 6 anos na EPI. Clara cursou Magistério e ficou cerca de 20 anos sem lecionar. Entre 2002 e 2004 cursou licenciatura em Artes Visuais pelo Programa Magister⁸ e desde então trabalha como professora de Arte.

Sobre sua formação musical Clara disse que cursou duas disciplinas voltadas à Educação Musical no curso de licenciatura em Artes Visuais. Comentou que as atividades eram essencialmente práticas e as utiliza como base para as aulas de música na EPI. No ano de 2009 participou de uma oficina de musicalização com instrumentos de sucata, custeada pela escola, e utiliza os instrumentos construídos naquela oficina nas aulas de música. Com relação a esta oficina, Clara destaca que a direção da escola considerou importante sua participação para que a disciplina Música permanecesse na matriz curricular da escola, já que durante os anos de 2007, 2008 e 2009 ela havia sido substituída pela disciplina Dança.

Durante muitos anos a escola teve aula de musicalização, mas daí parou porque a gente não se sentia muito seguro pra trabalhar. A gente se questionava muito: será que estamos trabalhando certo? Então há dois anos fizemos uma oficina de musicalização com sucata para professores. A partir daí a gente voltou a trabalhar, utilizando os instrumentos feitos de sucata que produzimos aqui mesmo na escola. Mas além dos instrumentos a gente trabalha canto, também, e a música, de maneira geral. Mas não qualquer tipo de música, porque tem coisa muito banalizada, a

⁸ O Programa Magister, criado pela Diretoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina no ano de 1995, era desenvolvido em parceria com universidades do estado e tinha por objetivo promover a formação de professores nas áreas mais deficitárias do magistério catarinense.

gente evita, tem que ter um tema legal. Mas de vez em quando a gente deixa eles cantarem essas também... (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11).

Foi perguntado à professora se ela conhecia a proposta pedagógica da Escola Pública Integrada. Ela respondeu que sim, que a direção da escola é muito atenciosa nesse sentido. Nas reuniões quinzenais, além do planejamento das atividades, são feitas avaliações do trabalho desenvolvido e estão sempre discutindo a proposta da escola de tempo integral. A professora comentou ainda que os professores devem apresentar seu plano de trabalho de forma bastante detalhada, justificando a escolha do tema, apresentando os objetivos e descrevendo os encaminhamentos metodológicos.

Sobre atividades integradas a outras disciplinas, Clara comenta que nas reuniões de planejamento os temas são discutidos em conjunto, geralmente partindo dos conteúdos trabalhados pelas professoras regentes. Além de partilharem os temas das aulas, os professores costumam organizar as apresentações das datas festivas em conjunto, juntando turmas para ensaiar.

Em relação ao repertório das aulas, as músicas geralmente estão relacionadas ao tema escolhido pela professora regente, e exemplifica: reciclagem, Dia das Mães e outras datas comemorativas. Comenta também que se preocupa com o conteúdo das letras das músicas.

Agora vamos fazer um dia de talentos, música, dança e poesia, aí eles podem optar em cantar, mas eles têm que trazer a música e a letra da música para eu avaliar, para que não fuja daquilo que a gente prega aqui na escola, os nossos valores. Nós temos metas para serem atingidas, quanto mais a gente trabalha com os alunos esses valores, aquilo que é bom pra eles, melhor. A escola tem o papel de educar, fazer cumprir os nossos valores, que é importante pra eles também (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11).

Ainda sobre a seleção das músicas, a professora comenta que é importante ampliar o repertório dos alunos apresentando estilos diferentes daqueles que eles costumam ouvir.

Muitas vezes quando eles estão fazendo outras atividades eu coloco diferentes tipos de música pra que eles aprendam a gostar. Porque eles gostam de rock, sertanejo. Também trabalho com o sertanejo, tento mostrar a letra pra eles. A gente tem que respeitar o que eles querem também, mas a gente tem que tentar modificar isso (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11).

Foi perguntado à professora sobre as particularidades do trabalho numa escola de tempo integral. Clara considera que:

a função da escola de tempo integral é ajudar em tudo: na disciplina, na educação, porque muitas vezes essas crianças não passam muito tempo junto dos pais, e a gente tem que fazer a função de pai, mãe, irmão, família, pra atingir o nosso objetivo que é a alfabetização, o aprendizado. Se deixarmos pra traz alguma coisa, pensando apenas em alfabetizar, ler e escrever, o que vai ser? Não é esse o objetivo da escola, o objetivo da escola é desenvolver o aluno no todo, tem que ser disciplinado, educado e tem que saber ler e escrever também. (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11).

Clara comenta que o professor assume diferentes funções na escola de tempo integral, e que existem outras diferenças nesse trabalho, positivas, e cita a possibilidade de planejamento comum, a maior frequência de reuniões e o incentivo à realização de atividades integradas a outras disciplinas.

Sobre a importância das aulas de música na EPI Clara comenta:

A música desenvolve a concentração, a distração, assim, se o aluno está nervoso ou agitado você coloca uma música ele vai se acalmando. A distração eu quero dizer o lúdico, brincar: ou ele gosta de cantar, ou ele gosta de dançar. O que a música faz: uns dançam enquanto escutam, outros se acalmam, a música tem diversas maneiras de agir na pessoa, desde a criança menor até o maior. E eu acho que tudo isso é necessário de ser trabalhado na escola (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11).

Em relação ao trabalho de educação musical que vem sendo desenvolvido na escola Clara se mostra satisfeita e comenta que é visível a melhora no desempenho dos alunos na utilização dos instrumentos. Em diferentes momentos a professora comenta que às vezes fica com dúvida se está trabalhando de maneira adequada: afinal, sua formação é em Artes Visuais. Também reitera que a oficina de construção de instrumentos e as disciplinas relativas à música que cursou no Magister foram essenciais para seu trabalho com música na EPI.

4.3.2 As aulas de música observadas na Escola C

Em uma das aulas observadas com a turma de 1º ano a professora colocou a música *Aquarela* (Toquinho) para que os alunos ouvissem. Depois pediu aos alunos que citassem palavras presentes na letra da música e anotou-as no quadro. Em seguida explicou o que são substantivos concretos e abstratos e, em conjunto com os alunos, separou as palavras listadas em duas colunas: uma para os substantivos concretos e outra para os substantivos abstratos. Depois de classificarem as palavras listadas fizeram desenhos sobre a música. Após a aula, em conversa com a professora, ela explicou que estava realizando esta atividade a pedido da professora regente, que solicitou aos professores da EPI que contribuíssem em suas atividades reforçando os conteúdos trabalhados por ela.

Com a turma do 3º ano a professora fez exercícios com os instrumentos construídos com material reciclável. Os alunos escolheram os instrumentos e se dispuseram em um grande círculo. A professora também ficou com um instrumento. A atividade consistia em repetir, um de cada vez, a célula rítmica tocada pela professora. Clara repetiu a atividade algumas vezes, dificultando gradativamente e incluindo pausas. Os alunos participaram com atenção e a maioria conseguia tocar já na primeira tentativa.

Em outro momento a professora solicitou aos alunos que mostrassem a apresentação que haviam feito no dia da inauguração da biblioteca da escola. Eles cantaram e tocaram a música *Girassol* (do grupo Cidade Negra). Alguns alunos cantavam enquanto os outros tocavam. A professora explicou que eles elaboraram o acompanhamento feito com os instrumentos a partir da audição da música em CD, ouviam a música e simultaneamente tentavam acompanhar com os instrumentos. Por fim, passaram a cantar e tocar sem o CD e criaram uma introdução.

Em duas das semanas de observação foram ensaiadas as músicas que fariam parte da homenagem do Dia das Mães. A turma do 1º ano ensaiou a música *Pinguins* (cantora Eliana), as crianças cantavam e dançavam acompanhando o CD com a música. A turma do 3º ano ensaiou a música *Vamos Construir* (Sandy e Junior), também cantando e dançando com acompanhamento do CD.

Após o período de greve as aulas de música se concentraram em ensaios para a Festa Caipira. O 1º ano dançou as músicas: *Viva São João*, *O João*, e *Não solte balão*. As crianças ficavam em círculo e faziam os gestos descritos nas músicas. O 3º ano ensaiou uma música intitulada *O namoro caipira*.

4.4 A ESCOLA D

Esta Escola Atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de nove anos e 6ª a 8ª série do ensino fundamental de oito anos. No ano de 2011 contava com 349 alunos, dos quais 205 participavam da EPI (alunos do 1º ao 5º ano). Como não há salas de aula em número suficiente para que todos os alunos da EPI fiquem em período integral cinco dias da semana foi feita uma escala: as turmas de 1º e 2º anos participam nas segundas, quartas, e sextas-feiras; as turmas de 3º e 4º ano participam nas segundas, terças e quintas feiras; as turmas de 5º ano participam nas terças, quintas e sextas feiras.

A EPI foi implementada nesta escola em 2005, com a perspectiva de ampliação do número de salas, construção de uma quadra de esportes coberta e de refeitório fechado, entre outras melhorias. Mas até o ano de 2011 havia sido construída apenas uma sala, a quadra de esportes continuava aberta (sem cobertura) e as refeições são feitas em um saguão aberto, com cobertura mas sem paredes.

A escola conta com nove salas de aula, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de direção, sala de apoio pedagógico, e cozinha. As aulas de música acontecem nas salas de cada turma ou no saguão da escola. As crianças permanecem na escola das 8 horas às 16 horas e 45 minutos.

Quanto aos materiais disponibilizados pela escola para as aulas de música constam aparelho de som, TV, aparelho de DVD e alguns livros sobre musicalização. A professora baseia grande parte de suas aulas na coleção *Aprendendo e Brincando com Música e Jogos* (Editora Fapi) e também busca coreografias na internet (Youtube). A escola também possui flautas doce e instrumentos de bandinha rítmica que não são utilizadas nas aulas de música porque a professora não sabe como utilizar. A professora comenta que sente falta de um espaço apropriado para as aulas, porque as atividades práticas (geralmente danças) são realizadas em um saguão que fica em frente a algumas salas, e que os ensaios das aulas de música atrapalham as aulas das outras disciplinas.

Na Escola D as disciplinas da parte comum acontecem em um turno e as disciplinas da parte diversificada em outro. A parte diversificada nesta escola é composta pelas seguintes disciplinas:

Disciplinas	No. aulas semanais
Literatura	02
Inglês	01
Artes/Música	02
Artes/Artesanato	02
Educação Física/Esporto	02
Ciências/Iniciação à pesquisa	02
Matemática/Jogos matemáticos	02
História local	02
	Total: 15

Figura 9: Disciplinas da parte diversificada da EPI na Escola D.

Além das aulas de música que fazem parte da matriz curricular da EPI, esta escola desenvolve o projeto Música na Escola, onde são oferecidas aulas de flauta doce e canto coral como atividades extracurriculares. O projeto existe desde 2008 e atende alunos de todos os anos do ensino fundamental, inclusive os que participam da EPI. O projeto é mantido pela Associação de Pais e Professores da Escola D. A associação é responsável pelo pagamento da professora de música do projeto e aquisição de materiais, como flautas e uniforme do coral.

Na Escola D foi realizada a entrevista com a especialista em educação, que atua nesta escola há dois anos. Esta especialista conhece o projeto Escola Pública Integrada desde sua implantação, tendo, inclusive, realizado uma pesquisa sobre práticas emancipadoras e gestão escolar em uma das EPIs. O cargo Especialista em Educação fazia parte da equipe pedagógica das escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina até o ano de 1993, quando foi extinto. A partir desta data não houve mais concurso para esta função, mas os especialistas em educação que já faziam parte do quadro funcional antes de 1993 continuam atuando nas escolas.

Em relação às informações da entrevista, a especialista em educação afirma gostar muito da proposta pedagógica da EPI e acreditar que o trabalho integrado das disciplinas, quando contextualizado, pode contribuir para que os conteúdos ganhem significado para o aluno. Mas, que na prática, isso não vem acontecendo na Escola D. Segundo ela o trabalho na EPI tem sido frustrante: “*eu acredito que a gente deveria trabalhar em cima da proposta, com problematização, com projetos de trabalho, questão-problema, em cima de pesquisa. E eu vejo muita falta disso, falta muito pra gente chegar nesse ponto*” (Especialista em educação D. Entrevista, 22/09/11). Os motivos que estariam levando a uma descaracterização do projeto seriam:

Falta de conhecimento do que é essa proposta, em geral. A gestão [da Escola D] não sabe o que é a escola de EPI, os professores têm uma ideia de que seja a ampliação do tempo; somos desassistidos, não existe uma preocupação maior, alguém que venha ver o trabalho. A EPI existe, mas está sozinha (Especialista em educação D. Entrevista, 22/09/11).

Ela comenta também que as reuniões de planejamento não estavam acontecendo com a periodicidade necessária em 2011. Uma das razões seria a greve, que provocou uma descontinuidade nas ações previstas para o ano. Outro motivo seria a desmotivação causada pelo resultado das reuniões que haviam sido feitas no ano anterior. Segundo a especialista o objetivo era dialogar com os professores a partir dos seus anseios e traçar metas em conjunto.

Tivemos uma iniciativa tímida de encontros a cada 15 dias, com objetivos delimitados, mas não surtiu o efeito esperado. No final eu me frustrei porque esperava que viesse bastante do grupo. Eu senti [...] que o pessoal ficava esperando, a gente pedia que viessem, que trouxessem, pedia: 'o que vocês querem agora? O que querem para o ano que vem?' E eles esperavam que alguém dissesse. Não é esse o caminho. Não pode ser algo imposto, tem que ser pensado junto, construído junto. [...] Nesse ano eu não me motivei a fazer isso de novo, mas sei que é fundamental, tem que ter, de um outro modo, precisa ser reestruturado. 'O que falhou no ano passado? O que devemos fazer diferente nesse ano?' Olha o papel da avaliação! É assim que a escola cresce e a gente se aperfeiçoa (Especialista em Educação D. Entrevista, 22/09/11).

Dentre os participantes desta pesquisa ela é a única que acompanhou o processo de implantação da EPI no estado. Em sua fala destaca a importância da formação continuada dos professores para atuarem no projeto de acordo com uma proposta pedagógica diferenciada. E conta como foi o processo inicial de formação dos professores na época de implantação da EPI.

As primeiras formações que aconteceram contribuíram bastante para a mudança das práticas. Algumas pessoas voltaram tentando trabalhar com problematização, tentando montar projetos de trabalho. Eu vi alguns projetos bacanas acontecendo. Depois dessa primeira formação não ocorreu mais, então as pessoas não se alimentaram mais dessa proposta. Eu vi alguns trabalhos realizados que eram fundamentados na Teoria da Aprendizagem, fundamentados na Proposta Curricular de Santa Catarina. Essas pessoas focavam nas atividades de aprendizagem que viram nesse curso, e buscavam sempre uma questão problema, incentivavam a pesquisa. Existia mais sentido, envolvia mais os alunos, era iniciação à pesquisa em diversas áreas. Os professores trabalhavam coletivamente, contribuindo e tentando fazer uma prática significativa. Só que essa nova prática requer dedicação do professor, ele tem que querer sair do modelo tradicional (Especialista em educação D. Entrevista, 22/09/04).

Em relação ao princípio da educação integral presente na proposta pedagógica da EPI, a especialista em educação diz que:

A escola deveria focar todos os aspectos do ser, o aspecto cognitivo, físico, o espiritual, o emocional, a questão da saúde. [...] A arte, a música, matemática, português, tudo está interligado. A educação integral, pra mim, contribui de fato com a formação do aluno, ela valoriza essas diversas dimensões (Especialista em Educação D. Entrevista, 22/09/11).

Em relação ao ensino de música na escola, ela considera que o trabalho com música sensibiliza a criança em diferentes aspectos, podendo contribuir com o processo educativo.

O trabalho com música se reverte na qualidade do processo [educativo]. As crianças chegam harmonizadas, a música proporciona equilíbrio. Ela trabalha com o sentimento, com a sensibilidade, com a alma. Eu acho que é vida na escola. Você olha a criança, feliz, tocando, cantando, é isso que é educação integral. A música

trabalha também a disciplina, que vai reverter também nas outras disciplinas (Especialista em Educação D. Entrevista, 22/09/11).

4.4.1 A professora de música na Escola D

A professora de música da Escola D será denominada Débora. Ela possui graduação em Educação Física e especialização em Psicomotricidade. Tem 32 anos e atua como professora de Educação Física no ensino fundamental há 10 anos, e como professora de música na EPI há 5 anos. Débora comenta que não teve qualquer tipo de formação musical, apenas com dança.

Débora comenta que costuma desenvolver projetos integrados com a professora de Arte, tendo como temas, geralmente, as datas comemorativas. Na época da entrevista estava desenvolvendo um trabalho sobre o *Sítio do Pica Pau Amarelo*, em parceria com a professora de Arte e a professora regente do 2º ano. Pretendia, no segundo semestre de 2011, desenvolver um projeto integrado à disciplina de História, que teria como tema o folclore de diferentes regiões do país.

Em relação às reuniões de planejamento, a professora Débora comenta que no ano de 2011 ocorreram poucas, o que não facilita ou estimula a realização de trabalhos integrados com outras disciplinas. Segundo a professora, as parcerias que estavam sendo desenvolvidas eram estabelecidas a partir de conversas informais entre os professores. Em anos anteriores foi diferente, havia reuniões regulares, semanais ou quinzenais. Segundo a professora essa mudança se deu, principalmente, em função de troca de diretores, não havendo apoio da atual gestão para a continuidade da EPI naquela escola.

Em relação à concepção de educação integral, a professora comenta que *“a escola deve proporcionar à criança experimentar diferentes áreas, pra que ela possa desenvolver diferentes habilidades”* (Entrevista. Professora Débora, 19/06/11). Neste sentido, a escola de tempo integral ampliaria as oportunidades de aprendizagem. Sobre a proposta pedagógica do projeto Escola Pública Integrada, a professora comenta que conhece pouco, e que participou de um curso de formação continuada em 2008, mas que não era voltado para disciplinas específicas.

Sobre as aulas de música na escola, a professora comenta que são importantes porque estimulam a expressividade e a comunicação: *“nas atividades com música até as crianças mais tímidas se soltam, e eu acho isso importante porque sempre fui tímida e tinha dificuldade em apresentar trabalhos na faculdade; acho que se tivesse participado desse tipo*

de atividades na escola eu saberia me comunicar melhor” (Entrevista. Professora Débora, 19/06/11).

Em relação ao repertório a professora explica que *“a escolha das músicas depende do projeto que está sendo desenvolvido. Busco trabalhar com músicas animadas e escolhidas pelos alunos, músicas da atualidade ou relacionadas às datas comemorativas”* (Entrevista. Professora Débora, 19/06/11).

Sobre o trabalho numa escola de tempo integral a professora considera que é diferente de uma escola de tempo parcial principalmente porque os professores podem organizar as aulas de maneira diferenciada. A professora relata que frequentemente desenvolve atividades com a professora de Arte, onde se juntam as turmas e, em acordo com outros professores, estabelecem um horário diferente para a realização dos trabalhos, não se restringindo aos 45 minutos de aula convencionais.

A professora comenta que, por ser uma escola de tempo integral, é preciso pensar em atividades que sejam interessantes e estimulem a participação dos alunos. Por isso, busca sempre propor trabalhos práticos e o foco das suas aulas é a elaboração de danças para as apresentações na escola.

4.4.2 As aulas de música observadas na Escola D

Na Escola D foram observadas 12 aulas de música. Em uma das aulas com o 3º ano a professora passou a letra de uma canção chamada *O Jardineiro Cuidadoso*. Explicou que a música fazia parte dos trabalhos referentes ao Dia do Meio Ambiente. Depois de copiada a letra, a professora cantou a música com a melodia de *Samba Lelé* e os alunos repetiram. Juntos elaboraram um questionário com perguntas sobre o jardim da escola, e, em grupo foram entrevistar o jardineiro.

Na semana seguinte os alunos leram as respostas da entrevista e conversaram sobre a importância da profissão de jardineiro. Em seguida fizeram caricaturas do jardineiro, que deveriam ter sido feitas na aula de Arte para a exposição de trabalhos sobre Meio Ambiente, mas como a professora de Arte havia aderido à greve os desenhos foram feitos na aula de música.

Em outra aula com o 3º ano a professora pediu para que um aluno ficasse fora da sala de aula. Enquanto isso a professora e os alunos combinavam que alguém seria responsável por orientar a turma na produção de gestos e sons e que o aluno que estava fora deveria adivinhar quem era o ‘comandante’ da atividade. Depois dessa atividade copiaram a letra de uma

música intitulada *Viva o Sol* e responderam algumas questões sobre o sol e cuidados com a pele.

Com a turma do 1º ano a professora ensaiou uma canção com o título *Planeta* e entregou uma folha com um desenho do planeta Terra para ser pintado. Esta atividade também estava relacionada ao Dia do Meio Ambiente. Em outra aula a professora juntou duas turmas de 1º ano no saguão da escola para ensaiarem a *Quadrilha* para a Festa Junina. Separou meninos e meninas em duas filas e mostrou todos os passos. Por fim, voltaram para a sala e pintaram o convite da Festa Junina que seria entregue aos pais. Em três das quatro aulas observadas nesta turma foram feitos ensaios para a Festa Junina.

O último dia de observação na Escola D coincidiu com o ensaio geral das apresentações da Festa Junina. Todas as turmas, do 1º ano à 8ª série prepararam apresentações, e dos oito números que seriam apresentados seis foram preparados pela professora de música. A turma do 1º ano apresentou a *Quadrilha* e a turma do 3º ano um ‘desafio’ entre meninos e meninas ensaiado pela professora regente.

4.5 RESUMO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS PESQUISADAS

Para efeito de síntese, a Figura 10, a seguir, apresenta um resumo das principais informações sobre aspectos gerais do projeto Escola Pública Integrada nas escolas pesquisadas, incluindo as respectivas aulas de música.

	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Horário de atendimento aos alunos da EPI	7h30 às 17h	7h30 às 16h30	7h30 às 15h45 de segunda a quinta-feira, e de 7h30 às 11h na sexta-feira.	8h às 16h45
Organização das matrizes básica e diversificada	Acontecem sem divisão de turnos.	Acontecem sem divisão de turnos.	Acontecem sem divisão de turnos.	Separadas em turnos.
Formação do professor de música	Licenciatura em Música	Licenciatura em Educação Física.	Licenciatura em Artes Visuais.	Licenciatura em Educação Física.
Tempo de atuação como professor de música na EPI	Primeiro ano de atuação.	Primeiro ano de atuação.	Quatro anos.	Cinco anos.
Recursos disponíveis para as aulas de música	Violão, teclado e instrumentos de percussão (material do professor); aparelho de CD.	Aparelho de CD.	Sala de música, livros sobre musicalização, instrumentos confeccionados com sucata; aparelho de CD.	Livros sobre musicalização; kit de bandinha rítmica e flautas doce (não estavam sendo utilizados); aparelho de CD.
Formas de integração curricular	Diretor: Atividades interdisciplinares (iniciativa a cargo dos professores). Professor de música: atividades com a disciplina Cultura e Movimento.	Não são realizadas atividades integradas.	Integração de todas as disciplinas conforme temas determinados nas reuniões de planejamento.	Atividades integradas com a disciplina Arte, geralmente relativas às datas comemorativas.
Periodicidade das reuniões de planejamento da EPI	Diretor: quinzenais. Professor de música: não há reuniões específicas para a EPI.	Bimestrais, não sendo específicas para a EPI.	Quinzenais.	Bimestrais, não sendo específicas para a EPI.

Figura 10: Resumo de informações sobre as escolas pesquisadas.

5 AS AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS INTEGRADAS

Neste capítulo serão analisados os dados apresentados sobre as escolas investigadas. Primeiro serão realizadas algumas considerações sobre a estrutura organizacional destas escolas, depois serão abordados os dados relativos ao objetivo desta pesquisa: verificar como a educação musical é desenvolvida e se articula com os princípios educacionais do projeto Escola Pública Integrada.

O projeto Escola Pública Integrada prevê diferentes formas de organização das escolas, incluindo o tempo de permanência do aluno na escola, que deve ser de 6 a 8 horas diárias. O número de horas que o aluno permanece diariamente na escola depende do número de disciplinas que serão acrescentadas. O número de horas semanais das disciplinas da parte regular é 25 horas, e na parte diversificada este número pode variar entre 15 e 25 horas semanais. Outro fator é o tempo destinado ao horário do almoço, que pode variar. Na Escola D são 45 minutos, na Escola A é 1 hora e 30 minutos, por exemplo.

Sobre a combinação das disciplinas da parte comum e diversificada o projeto pedagógico da EPI orienta para que não haja divisão por turnos. Entre as escolas pesquisadas somente na Escola D ocorre essa divisão. Em anos anteriores foi diferente, mas devido à dificuldade para organizar o horário dos professores foi necessário fazer desta forma.

Nas diretrizes da EPI também está a orientação para que haja reuniões de planejamento semanais para tratar de assuntos do projeto. Nas escolas B e D as reuniões são bimestrais e não são específicas para a EPI. Na Escola C as reuniões são quinzenais, e na Escola A houve divergência nas informações a esse respeito: o diretor afirma que são realizadas reuniões quinzenais e o professor de Música afirma que não são realizadas reuniões de planejamento da EPI nesta escola.

5.1 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária⁹ (Cenpec) apresenta um levantamento bibliográfico onde são apresentadas diferentes definições do que seria ‘educação integral’. Os resultados apontam para uma

⁹ O Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos. Tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social. As ações do Cenpec têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público e as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades (CENPEC, 2012, internet).

diversidade de utilizações significando desde formação integral (no sentido de desenvolvimento das potencialidades humanas), princípio organizador do currículo escolar (dentro de uma proposta interdisciplinar), utilização de projetos e temas geradores como princípios de organização da prática pedagógica até educação integral sob a perspectiva de atendimento escolar em tempo integral (GUARÁ, 2005).

Em relação às concepções de educação integral apresentadas pelos participantes desta pesquisa, todos apresentaram definições que estão coerentes com as diretrizes do projeto Escola Pública Integrada e com a aceção de Yus (2002). De alguma forma todos mencionaram a educação integral como sendo uma proposta educativa que visa o desenvolvimento humano em suas diversas perspectivas. O professor Antônio complementa afirmando que toda educação deve ser integral, sendo em tempo integral ou não. A mesma ideia é encontrada em Paro (2009, p.13): “Educação integral, em última instância, é um pleonasma: ou a educação é integral ou, então, não é educação”.

Nas falas das professoras Beatriz e Débora é possível identificar a perspectiva de educação integral enquanto atendimento em tempo integral. As duas reforçam a necessidade de realizar atividades ‘lúdicas’ e ‘não maçantes’, que ocupem o tempo de permanência do aluno na escola de maneira agradável. De maneira semelhante, a Auxiliar de direção C e a professora Clara mencionam que uma das funções da escola de tempo integral seria a de ‘cuidar’ do aluno. Considerando-se que ambas trabalham na mesma escola, talvez essa ideia esteja presente nas orientações sobre o desenvolvimento do projeto na Escola C. De maneira contrária, o professor Antônio diz que a escola de tempo integral sem uma proposta pedagógica diferenciada é assistencialista e foge aos objetivos pedagógicos. *“Da maneira como a EPI vem funcionando ela trabalha com o corpo, mas não com a mente”* (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Em relação às concepções sobre currículo integrado, entre os professores participantes da pesquisa a ideia de trabalho orientado por temas em comum se sobressai. O termo ‘interdisciplinaridade’ é utilizado pelos entrevistados para designar estas relações entre as disciplinas. No entanto, segundo a classificação de Yus (2002), a interdisciplinaridade se configura em um nível de inter-relação onde disciplinas se voltam para um mesmo tema, fazendo com que se diluam suas fronteiras momentaneamente. O trabalho descrito pelo professor Antônio em parceria com a disciplina Cultura e Movimento, onde ambos se utilizam de um repertório comum para desenvolver suas atividades e as realizam em conjunto, parece se aproximar do conceito de interdisciplinaridade apresentado por Yus. Nos demais relatos as aulas de música algumas vezes se utilizam de temas também desenvolvidos por outros

professores, mas o nível de inter-relação entre estes trabalhos parece se configurar como multidisciplinaridade, que, segundo Yus (2002) seria o estabelecimento de conexões esporádicas entre as disciplinas.

Ainda em relação à integração curricular, a professora Beatriz afirma que não são realizadas atividades integradas com outras disciplinas na Escola B. Ela comenta que realiza ensaios em conjunto com outras turmas, mas que na sua compreensão isso não se configura como atividade interdisciplinar. Estes ensaios são para apresentações em datas comemorativas e, segundo a professora, são realizados em conjunto devido à necessidade de um maior número de integrantes para executar as coreografias e por uma questão de organização do tempo: se cada turma apresentar uma dança diferente o momento das apresentações ficará muito extenso e cansativo para quem assiste. Sendo assim, essa forma de ‘integração’ entre turmas se configura como um arranjo diferenciado da organização das aulas não havendo implicação maior na forma de abordagem dos conteúdos.

Na Escola D, a professora menciona a realização de projetos com a disciplina Arte. Estes projetos consistem na escolha de temas, geralmente relacionados a datas comemorativas, que são trabalhados por ambas as disciplinas e, geralmente, são concluídas com a realização de uma exposição e de apresentação de dança.

Na Escola C a professora Clara comenta que todas as disciplinas da EPI devem se organizar de maneira a contribuir com os conteúdos trabalhados pela professora regente. Como relatado na atividade com a música *Aquarela*, a professora de música contribui, inclusive, explicando (ou relembrando) conceitos apresentados pela professora regente. No caso a letra da música foi utilizada para trabalhar substantivos abstratos e concretos, não havendo maiores implicações no que se refere a um trabalho musical propriamente dito.

Os dados obtidos na pesquisa sugerem que a integração curricular parece ser um elemento ainda não solidificado no trabalho pedagógico das escolas investigadas. Um dos motivos pode ser a ausência de reuniões de planejamento, que segundo as diretrizes da EPI deveriam ser semanais. Com exceção da Escola C, que realiza quinzenalmente reuniões específicas para tratar de assuntos relativos ao projeto e busca desenvolver um plano de ações coerente com os princípios educativos do mesmo, o que se encontrou nas outras escolas foram práticas baseadas exclusivamente nas concepções dos professores sobre como deve ser a educação e a educação musical em uma escola de tempo integral, não se constituindo como uma meta das escolas.

Em uma pesquisa sobre a inserção da música em uma escola pública integrada, Veber (2009) descreve que a elaboração e concretização de um currículo integrado, para os

profissionais envolvidos na EPI, é um processo de aprendizagem, resultado do acúmulo de experiências. A autora considera também que esse ‘tempo de aprender a integrar’ pode ser pensado como um tempo de maturação destes profissionais. Ideia semelhante é apresentada por Yus (2002) ao afirmar que a adaptação dos professores a novas ideias e a uma nova maneira de atuar não é algo que acontece de imediato, sendo necessário o processamento de transformações internas e externas ao indivíduo. “Não podemos desenvolver um programa e esperar que os professores o apliquem sem nenhum tipo de planejamento e apoio. [...] É fundamental pôr em prática um plano de formação de professores em exercício paralelo à aplicação desse programa” (YUS, 2002, p. 248). Em relação ao projeto Escola Pública integrada verificou-se que houve formação para os professores quando da implementação do projeto em 2004. Em 2006 houve o Curso de Formação Continuada para Professores das EPIs e em 2008 foram realizadas oficinas. Desde então nenhum tipo de formação continuada foi proporcionada aos professores que atuam no projeto.

Na escola D tanto a professora quanto a especialista em educação D mencionam que houve uma certa descaracterização no desenvolvimento do projeto nesta escola a partir da mudança de diretores. A especialista em educação comenta que é necessário incentivo e abertura para a realização das discussões necessárias para o pleno funcionamento da EPI e, conseqüentemente, integração curricular.

O caminho pra escola é, em primeiro lugar o gestor conhecer a proposta, e também o processo de formação na própria escola. É sentir as necessidades, é a escola ter uma postura de propiciar espaços pra discutir os problemas, sempre embasados e com objetivos. É onde a escola vai andar um pouco, é onde a gente vai buscar melhorar. A ausência de reuniões, de encontros, pra mim, é sério. O projeto precisa ser alimentado, as diretrizes, senão volta-se àquele modelo antigo. (Especialista em Educação D. Entrevista, 22/09/11).

No caderno Modelos Diferenciados de Escola, publicado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (2006), uma avaliação do projeto Escola Pública Integrada já indicava a importância do reconhecimento, por parte dos gestores escolares, dos princípios norteadores da EPI.

Qualquer mudança de base curricular será difícil sem a participação dos gestores, tanto no nível dos sistemas quanto das escolas. O ponto de partida para esta transformação está na vontade política e na capacidade técnica da equipe gestora em nível de sistema, instância esta formuladora e estimuladora das políticas educacionais (THIESEN apud SANTA CATARINA, 2006, p. 74).

Na mesma publicação já havia indicativos da dificuldade de concretização de um currículo integrado nas escolas públicas integradas.

Acompanhando, na medida do possível, o movimento das escolas, no processo de construção do currículo integrado, percebia-se que em alguns casos o entendimento acerca das possibilidades de integração curricular era pouco significativo, o que acabava evidenciando-se na dificuldade em elaborar, por exemplo, o horário da escola. A separação dos turnos matutino e vespertino posta na matriz não é problematizada mantendo-se a falta de um contato mais efetivo entres os professores e disciplinas da chamada Base Comum Nacional e a Parte Diversificada (SANTA CATARINA, 2006, p. 75).

O documento menciona que a estrutura curricular dividida em aulas de 45 minutos, mantendo a fragmentação das disciplinas, aponta para a falta de compreensão da lógica proposta no currículo integrado. E que diferentes formas de articulação entre as disciplinas, assim como de organização do tempo e do espaço escolar, certamente tornariam o currículo mais atrativo. Nesse sentido a professora Débora comenta que na Escola D são realizados ‘arranjos’ do horário para a realização de atividades que precisam de mais tempo.

A concretização de um currículo integrado na EPI parece estar bastante associada à necessidade de um planejamento conjunto. Cavaliere (2002) coloca essa forma de planejamento na escola de tempo integral como uma das contribuições que a proposta dos CIEPs trouxe à rede de escolas do município do Rio de Janeiro.

Na vigência do *PEE*¹⁰, destacou-se, entre suas práticas, a articulação coletiva do trabalho pedagógico cotidiano. A concretização dessa articulação deu-se através de algumas ações tais como: a criação de uma rede de professores orientadores ligados a uma coordenação pedagógica em nível central; a incorporação efetiva do horário semanal coletivo de estudo e planejamento para todos os professores; o planejamento integrado, isto é, realizado a partir de encontros sistemáticos de todos os profissionais da escola para a definição das linhas gerais do trabalho.[...] Ao lado da função de refletir sobre a prática e melhor organizar o trabalho pedagógico, essas práticas constituíram verdadeiros processos de formação continuada dos profissionais dessas escolas (CAVALIERE, 2002, p. 106).

O fato de três das escolas pesquisadas estarem, supostamente, se distanciando dos princípios educativos do projeto vem ao encontro dos dados coletados sobre a EPI no estado de Santa Catarina: no ano de 2008 havia 129 escolas públicas integradas no estado, em 2011 eram apenas 68. Entre as causas desta redução significativa do número de EPIs, apontam-se: falta de assistência por parte da Secretaria de Estado da Educação, o que inviabiliza a manutenção da estrutura necessária para manter os alunos na escola em tempo integral e

¹⁰ PEE é a sigla de Programa Especial de Educação, nome dado ao projeto pedagógico que orientava as ações nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro.

necessidade de mudança das práticas educativas nestes espaços, de acordo com os princípios educativos do projeto. Nesse sentido, uma nova estrutura, com novas disciplinas não é suficiente para a promoção do desenvolvimento integral. São necessárias novas práticas alicerçadas numa nova compreensão de ensino.

A descontinuidade do projeto Escola Pública Integrada se assemelha ao que já foi visto em relação a outras propostas de mesma natureza no país, como as escolas-parque, os CIEPs, os CAICs, entre outros. São iniciativas que acabam se configurando como projetos de governo e não como políticas públicas de ampla abrangência.

5.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO MUSICAL E USOS DA MÚSICA NA ESCOLA

As informações obtidas nas entrevistas revelaram uma diversidade de funções atribuídas ao ensino da música nas escolas. Em relação aos seus usos, nas escolas B, C e D sua principal função está relacionada a apresentações em datas comemorativas ou festivas. Na Escola A a música também se faz presente nessas ocasiões, mas as apresentações não parecem ser o foco do trabalho do professor de música.

Em relação às apresentações, nas escolas B e D estas se constituem basicamente de danças. Provavelmente isso ocorre devido ao fato de as professoras de música destas escolas terem formação em Educação Física. Na Escola A o professor comentou que foi feita uma apresentação relativa ao Dia das Mães onde as crianças cantaram. Na Escola C a professora relatou apresentações onde os alunos cantaram e tocaram instrumentos de percussão e nas aulas observadas foram ensaiadas danças para a homenagem ao Dias das Mães e Festa Junina.

Sobre os objetivos da educação musical, na Escola C as duas pessoas entrevistadas mencionam a importância da música como auxiliar no desenvolvimento de outras disciplinas. A mesma importância também foi verificada em algumas das aulas observadas. Ainda em relação aos objetivos da educação musical foram encontradas semelhanças nas falas das professoras Beatriz e Débora, formadas em Educação Física. Ambas mencionam aspectos como ‘desenvolver a expressividade e a comunicação’ por meio das atividades com música. ‘Dança’ e ‘expressão corporal’ também são termos frequentes na fala das duas professoras. Opiniões semelhantes foram encontradas por Braga e Oliveira (2009) ao pesquisarem a visão de professores de Educação Física sobre a música na Educação Física escolar.

No contexto escolar a Música tem a finalidade de ampliar e *facilitar a aprendizagem* do educando. Ela ensina o indivíduo a ouvir e a escutar de maneira ativa e reflexiva, e quando aliada às práticas corporais se torna *ferramenta pedagógica* útil, estimulando e motivando a criação e a vivência de novos movimentos corporais (BRAGA apud BRAGA; OLIVEIRA, 2009, p.42, grifos nossos).

A professora Clara apresenta a música como uma forma de acalmar, tranquilizar os alunos. A função de acalmar também é mencionada pelo diretor A. De maneira semelhante, a Especialista em educação D comenta que a experiência com música proporciona equilíbrio, harmonização. Estas concepções vão ao encontro do que Souza e colaboradoras (2002) classificam como *função terapêutica* da música na escola.

O reconhecimento da música como disciplina autônoma, com “valores, conteúdos, tarefas e propósitos próprios” (SOUZA et al., 2002, p. 72) aparece na fala do professor Antônio, que ressalta a necessidade do trabalho ‘qualitativo’ em educação musical. O professor menciona que a música deve contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade estética. A esse respeito, Souza e colaboradoras (2002) mencionam que é importante que “os alunos tenham experiências estéticas em música e construam a noção ‘do belo, do sensível, do poético’” (SOUZA et al., 2002, p. 68). Ao exemplificar os aspectos musicais a serem desenvolvidos em sua perspectiva ‘qualitativa’ de educação musical, Antônio faz uma aproximação à ideia de desenvolvimento de ‘esquemas perceptivos’ mencionada por Penna (2008). Cabe destacar que o professor Antônio é Licenciado em Música, portanto habilitado na área de educação musical escolar. Suas considerações sobre as funções da música na escola vão além de ressaltar a importância desta área para facilitar outras aprendizagens.

A importância da música como elemento cultural é indicada apenas pelo Diretor A. Já a professora Clara e o professor Antônio mencionam a importância da música para a transmissão de valores. Estas funções são descritas por Souza e colaboradoras (2002) como *meio para se trabalhar práticas sociais, valores e tradições culturais dos alunos*.

De modo geral, a visão de educação musical implícita na maior parte das entrevistas parece ser a de que a música na escola está a serviço de outras disciplinas, ou outras atividades. Com exceção do professor Antônio que mencionou “*desenvolver a afinação, o canto, a audição*”, nas falas dos outros entrevistados não aparecem referências a habilidades musicais. Essa constatação vem ao encontro do que é descrito por Souza e colaboradoras (2002):

A música parece ser valorizada pelo que ela possui de comum com outras disciplinas em relação a metas e objetivos gerais do processo educacional. Isso sugere que a música não parece se justificar por seu caráter único, como área do

conhecimento, disciplina ou conteúdo curricular específico, visto que seus valores e benefícios também poderiam ser desenvolvidos por outros componentes curriculares (SOUZA et al., 2002, p. 70).

As autoras mencionam que a coexistência de múltiplas concepções é possível, não sendo estas excludentes entre si. “Vale ressaltar que buscar o desenvolvimento da capacidade musical dos alunos não exclui, necessariamente, tratar a música sob a perspectiva da inter/multi/transdisciplinaridade ou como meio para desenvolver outras capacidades” (SOUZA et al., 2002, p. 71). Estas perspectivas seriam perfeitamente adequadas ao projeto EPI no sentido de concretizar ações integradas, com vistas à formação integral do estudante.

A formação musical, ou sua ausência, parece ser determinante para a construção dos conceitos relativos às funções da música na escola e os objetivos da educação musical apresentados pelos entrevistados. É necessário se considerar também as experiências informais com música, que certamente também influenciam na maneira como os professores consideram que deva ser o ensino de música na escola. A esse respeito, Hernandez (2000) explica que a atividade docente não se limita apenas ao cumprimento das diretrizes de um determinado projeto pedagógico. Sua ação também é pautada pela sua história de vida e sua representação da realidade. Sendo assim, diferentes elementos se projetam em ‘o que’ o professor ensina e ‘como’ o faz.

Não se pode separar a atividade de ensinar do fato de o docente possuir uma concepção de si mesmo como “conhecedor”. Concepção que está mediatizada por uma subjetividade histórica, social e culturalmente constituída que afeta sua ética como professor, suas expectativas sobre como cada aluno aprende, suas concepções sobre a natureza do conhecimento disciplinar e sua concepção de como se deva ensinar e aprender. O papel que essa mediação subjetiva do docente ocupa pode explicar a adaptação e transformação que faz das propostas dos especialistas curriculares e disciplinares (HERNANDEZ, 2000, p. 142).

As funções extramusicais mencionadas para o ensino de música na escola também aparecem nas pesquisas de outros autores (SOUZA et al., 2002; HUMMES, 2004; SANCHONETE; 2006; QUEIROZ; MARINHO, 2007a). Elas parecem fazer parte de um ‘imaginário’ comum estabelecido, talvez em parte, pela falta de uma cultura de efetivo trabalho de educação musical nas escolas públicas de educação básica do país. Este é também o resultado de um longo período de formação polivalente dos professores de arte que contribuiu, entre outros fatores, para que a educação musical perdesse espaço na escola.

Ainda em relação à formação e orientação de professores que atuam em escolas de tempo integral, Cavaliere (2002) cita a contribuição da existência de uma rede de professores orientadores no projeto dos CIEPs, ligados a uma coordenação pedagógica em nível central.

A inserção de professores orientadores no projeto Escola Pública Integrada talvez pudesse contribuir para o aprofundamento das práticas pedagógicas nas disciplinas da parte diversificada da EPI, tendo em vista que estas disciplinas podem ser ministradas por professores de áreas correlatas, sem formação específica na disciplina de atuação.

5.3 CONTEÚDO E REPERTÓRIO DAS AULAS

A seleção de conteúdos e repertório escolhido para as aulas se relaciona com as funções atribuídas à música nas escolas. Em todas elas, em níveis diferentes, foi possível verificar que a preparação para datas festivas ocupa um tempo considerável das aulas de música. O foco nas datas festivas não é, necessariamente, um fator negativo, na medida em que as apresentações podem ser um elemento motivador para a participação nas aulas. Segundo Yus (2002, p. 40) “a relevância é o melhor motivador para a aprendizagem”.

Na Escola C a professora comenta que nas aulas seguintes às observações trabalharia com hinos pátrios, por solicitação do diretor da escola. O objetivo era que os alunos das séries iniciais aprendessem a cantar corretamente. *“A gente pretende que eles aprendam a cantar e entendam o porquê são cantados, que eles tirem dúvidas das palavras difíceis, porque muitas vezes eles cantam e não sabem o que estão cantando. Então tem que desenvolver um projeto pra que isso aconteça”* (Entrevista. Professora Clara, 05/07/11). Neste exemplo, o repertório foi escolhido em função da necessidade de aprender a cantar a letra corretamente, e compreender a função de um hino pátrio, não parecendo haver, em princípio, alguma intencionalidade voltada para o aprendizado musical.

O professor Antônio mencionou que no primeiro semestre de 2011 estava focando em atividades que trabalhassem a escuta ativa, voz, e que posteriormente gostaria de trabalhar percussão corporal, construção de instrumentos, e, futuramente, notação musical. Na Escola C as atividades da aula de música são selecionadas de acordo com o tema trabalhado pela professora regente ou datas comemorativas, sendo que as atividades musicais desenvolvidas geralmente são o canto, utilização dos instrumentos de percussão e dança. Na Escola D as atividades desenvolvidas nas aulas também geralmente têm por base as datas comemorativas. Nas aulas observadas nesta escola a professora realizou atividades de escuta, canto e dança. Na escola B foram observadas atividades que envolveram canto, dança e percussão corporal.

Em relação aos critérios para a escolha do repertório, os professores Antônio e Clara comentam sobre a necessidade de se utilizar um repertório adequado à faixa etária dos alunos.

Mencionam também a importância de escolher músicas que trabalhem valores. O professor Antônio exemplifica: família, respeito, amizade. A professora Débora comenta que costuma trabalhar com músicas que os alunos gostam, músicas ‘animadas’, atuais. Beatriz afirma que os alunos não gostam de músicas ‘infantis’ ou ‘folclóricas’, e que as músicas que eles gostam não são apropriadas ao universo infantil. Do mesmo modo, Clara afirma que as músicas que os alunos gostam geralmente não se mostram adequadas para o trabalho musical na escola.

Em relação à utilização de música ‘infantis’, Souza e colaboradoras (2002) mencionam que é necessário, ao se pensar na música na escola, considerar a mudança na concepção de infância. “É possível que as aulas de música antigamente pensadas para as séries iniciais destinem-se hoje, no máximo, para a educação infantil” (SOUZA et al. 2002, p. 23). Ainda a esse respeito, Pescetti (apud Beineke; Freitas, 2006, p. 4) afirma que “é o caráter lúdico de uma música, ou de uma aula, ou de um programa de rádio, que permite que se mantenha o ‘clima infantil’ mesmo quando se apresentam materiais complexos que não são dirigidos exclusivamente às crianças”.

Os professores Clara e Antônio mencionam que consideram importante ampliar o repertório dos alunos. Clara, que também leciona Arte na escola C, explica que costuma colocar músicas de estilos variados para os alunos ouvirem, inclusive enquanto realizam atividades da aula de Arte. Antônio menciona que logo no início do ano explica aos alunos que um dos objetivos das aulas de música é leva-los a conhecer novas músicas: “*a aula de música tem que ser um diferencial na vida deles. Não adianta ficar oferecendo mais do mesmo [repertório]*” (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

A concepção de que as músicas que os alunos gostam sejam de ‘baixa qualidade’, mencionada por alguns professores, também é mencionada por Queiroz e Marinho (2007a) ao apresentarem dados sobre uma pesquisa realizada junto a professores não especialistas em música, no município de Cabedelo, Paraíba. Os autores comentam que o trabalho de formação continuada junto a professores não especialistas pode contribuir para ampliar as concepções destes sobre o ensino da música, levando-os a reconhecerem que as vivências musicais dos alunos podem fazer parte do trabalho de educação musical escolar. Ao avaliarem o resultado de uma proposta de formação continuada para professores não especialistas os autores concluem:

Fundamentalmente podemos afirmar que o trabalho, realizado principalmente nas oficinas, pôde contribuir para ampliar as perspectivas sobre formas e conteúdos para se trabalhar a música nas escolas, rompendo com certos preconceitos existentes e despertando a percepção dos professores [...] para as múltiplas possibilidades que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento de uma educação musical consistente (QUEIROZ E MARINHO 2007a, p. 75).

A ideia presente nas falas das professoras Beatriz e Clara de que exista uma hierarquia entre estilos musicais não parece estar em acordo com a proposta de educação integral apresentada por Yus (2002), que é contra a fragmentação e estigmatização, e que considera fundamental a valorização da cultura do aluno no processo de aprendizagem.

Ainda sobre a seleção dos conteúdos e do repertório das aulas de música na EPI, estas se relacionam aos objetivos que se estabelecem para a educação musical na escola. Também estão relacionados com aquilo que o professor considera que seja importante aprender e com aquilo que ele tenha condição de ensinar. A esse respeito Martins e Picosque comentam:

Seleção é dizer sim e não, sempre é ênfase e exclusão. Combinação é recorte. Todo recorte é comprometido com um ponto de vista que se elege, exercendo a força de uma ideia, de um conteúdo que é desejo explorar ou de uma temática possível de desencadear um trabalho junto aos alunos. Selecionar e combinar são, então, uma interpretação do professor-pesquisador. [...] Interpretação entendida como um encontro 'entre um dos infinitos aspectos da forma e um dos infinitos pontos de vista da pessoa' (MARTINS; PICOSQUE, 2003, p. 08).

A partir desta citação é possível verificar que as experiências musicais anteriores parecem ser determinantes na forma de atuação dos professores. A professora Clara ressalta que em suas aulas baseia-se nas práticas musicais que vivenciou durante o projeto Magister. Em relação à formação, o professor Antônio comenta que na graduação conheceu a proposta de educação musical de diferentes educadores, e cita Murray Schafer e Hans-Joachim Koellreutter. Antônio explica que o estudo destas propostas se deu apenas de maneira teórica, não lhe dando subsídios suficientes para que as utilize em sala de aula. O professor afirma que se sente mais seguro ao trabalhar da forma como aprendeu e vivenciou enquanto aluno: associando a teoria à prática, conhecendo a notação musical convencional. *“É mais seguro trabalhar em cima daquilo que a gente já conhece, do que aquelas filosofias que a gente não conhece, a gente até trabalha, a gente experimenta também, sabe? Mas é a mesma coisa que não ter chão”* (Entrevista. Professor Antônio, 03/05/11).

Ainda em relação à influência das próprias experiências musicais na atuação docente, as professoras Beatriz e Débora afirmaram não terem experienciado atividades musicais orientadas. Sendo assim, Beatriz conduz sua atividade como educadora musical a partir dos planejamentos de outros professores que lecionaram música na escola em que atua e Débora se baseia em livros que apresentam atividades com música. Desta forma, infere-se que as professoras tenham como base de sua atuação docente suas vivências musicais informais, as experiências de outros professores e o material de pesquisa mencionado por elas: livros e sites da internet que trazem atividades com música.

Em relação à atuação de professores não especialistas, Fonterrada (2008) menciona:

Sem dúvida, há muitas atividades que o professor não músico pode desenvolver com sua classe, com o objetivo de estimular o gosto pela música; sem dúvida, é possível cantar ou tocar, mesmo que o professor não saiba ler música; e ele poderá conduzir o interesse da classe na apreciação do ambiente sonoro escolar ou das imediações, ou mesmo criar em seus alunos hábitos de escuta e experimentação com sons. Para isso, o professor não necessita de formação específica, mas de musicalidade e interesse pela música e pelos sons, além do ‘instinto de um sabujo’, para farejar bibliografia e materiais que possam auxiliá-lo nessa prática (FONTERRADA, 2008, p. 276).

A atuação de professores de áreas correlatas parece se configurar como uma prática estável na EPI e não emergencial. Dessa maneira parece ficar ainda mais evidente a necessidade de ampliar os níveis de formação em música destes profissionais. Além disso, ao se considerar as metas de ampliação da jornada escolar a nível nacional pode-se prever que haverá necessidade de contratação de mais professores para as áreas que serão adicionadas ao conjunto de disciplinas escolares. Nesse sentido, a falta de professores habilitados em música para trabalhar na EPI pode ser apenas uma mostra de um problema de proporção nacional.

O trabalho colaborativo com professores de outras áreas é positivo, e se mostra como uma alternativa nesse momento em que se discute como se dará a implementação da Lei 11.769/08 e ampliação do número de escolas de tempo integral no país. “No entanto, é preciso ficar claro que a atuação desses professores não substitui o trabalho de um profissional com formação específica na área de música, mas sim se apresenta como mais uma possibilidade para efetivarmos ações concretas de ensino da música nas escolas” (QUEIROZ, MARINHO, 2007a, p. 75). Nesse sentido, um trabalho de formação continuada com os professores que atuam com música na EPI talvez pudesse contribuir para a efetivação de práticas mais contextualizadas com o universo da educação musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer a forma como vem sendo desenvolvida a educação musical em escolas públicas integradas da região do Médio Vale do Itajaí no estado de Santa Catarina. Por meio de entrevistas, observações de aulas e análise de documentos buscou-se compreender de que maneira o ensino de música se relaciona com os princípios de ‘educação integral’ e ‘currículo integrado’ presentes nas diretrizes do projeto Escola Pública Integrada.

No que se refere às concepções de educação integral apresentadas pelos entrevistados, elas estão em acordo com o que é proposto nos documentos do projeto Escola Pública Integrada e com a aceção de Yus (2002). Já sobre as ideias a respeito dos objetivos da educação musical as opiniões são diversificadas e se mostram bastante relacionadas às vivências e à própria formação de cada professor.

O professor com licenciatura em Música aponta a educação musical como elemento importante para o desenvolvimento da sensibilidade, relacionando-a ao desenvolvimento estético. Já as professoras com formação em Educação Física comentam a possibilidade de desenvolver a expressão corporal e comunicação, sem citar aspectos intrínsecos à atividade musical. A professora com formação em Artes Visuais entende que a Música, assim como as demais disciplinas, deve contribuir na alfabetização e construção de valores, não apresentando, também, questões especificamente musicais em suas considerações sobre a disciplina Música.

No que se refere à integração da música com outras disciplinas, a experiência relatada pelo professor Antônio em parceria com a disciplina Cultura e Movimento parece ser a única a se aproximar do conceito de interdisciplinaridade apresentado por Yus (2002). Algumas das práticas relatadas na Escola C evidenciam a busca por alguma forma de integração entre as disciplinas em torno do trabalho desenvolvido pela professora regente. Mas, neste caso, a música parece se configurar como um meio de reforçar conceitos de outras disciplinas não ficando evidente que estejam sendo desenvolvidas habilidades ou conceitos musicais.

Em relação às atividades observadas nas escolas B e D a dança parece ser o meio encontrado para trazer *música* para as aulas de música. A falta de formação musical das docentes parece restringir as experiências musicais desenvolvidas nas aulas observadas nestas escolas. Nesse sentido, um trabalho de formação ou a orientação de professores especialistas talvez pudesse contribuir para o desenvolvimento de uma proposta de educação musical mais consistente.

A dificuldade em realizar trabalhos integrados verificada nas escolas públicas integradas é apontada, inclusive, em um documento da Secretaria de Estado da Educação que avalia o projeto EPI depois de três anos de sua implantação.

A grande maioria de professores, que atuam em nossas escolas, teve sua formação pautada no currículo formal, disciplinar, o que acaba resultando em dificuldades em pensar e criar outras possibilidades de organização dos conteúdos escolares diferentes dos modelos tradicionais que experienciaram pessoalmente (SANTA CATARINA, 2006, p. 76).

O que se observou nas escolas pesquisadas é que foi ampliado o número de disciplinas, mas houve pouca mudança na maneira como elas interagem. Com exceção da Escola C que realiza reuniões de planejamento quinzenalmente e busca definir um plano de ação conjunto, nas outras escolas as iniciativas de realização de trabalhos com alguma forma de integração dependem da iniciativa dos professores não sendo ainda um princípio discutido e trabalhado em conjunto, como parte do projeto pedagógico das escolas.

Em síntese, os dados apresentados revelam uma diversidade de experiências que vêm sendo desenvolvidas no espaço destinado à educação musical no currículo das escolas pesquisadas. A disposição de professores não especialistas em atuarem nas aulas de música se mostra positiva, por um lado, no sentido de que estas pessoas estão contribuindo para que a disciplina Música permaneça na matriz curricular destas escolas. Cursos de formação continuada, orientações de especialistas, são alternativas que talvez pudessem contribuir para um aperfeiçoamento e aprofundamento de aspectos pedagógicos e musicais. Além disso, professores habilitados em música deveriam estar mais presentes na EPI, contribuindo para a realização de uma experiência onde a música pudesse efetivamente fazer parte do projeto de educação integral, não atuando apenas como coadjuvante para facilitar a aprendizagem de outros conteúdos.

De qualquer forma, é importante ressaltar que os dados levantados no contexto das aulas de música podem ser um reflexo do projeto como um todo, o que leva a uma reflexão sobre a necessidade de reavivar os princípios orientadores desta proposta da Escola Pública Integrada em Santa Catarina. Outros trabalhos de investigação poderiam ampliar os pontos aqui estudados, trazendo mais elementos que possam auxiliar na avaliação e nas possíveis mudanças que poderiam ser implementadas no projeto EPI no futuro. A música precisa ser fortalecida neste ambiente, cumprindo um papel efetivo na formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana M. **John Dewey e o ensino de arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEINEKE, Viviane; FREITAS, Sérgio. P. R. Canção infantil e educação musical: uma reflexão sobre a produção de música para crianças. In: ENCONTRO ANUAL da ABEM e CONGRESSO REGIONAL DA ISME AMÉRICA LATINA, XVI, 2007, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Associação Brasileira de Educação Musical, 2007. p. 01-08.

BRAGA, Anáí L.; OLIVEIRA, Ronaldo G. de. Educação Física e Música – uma visão dos professores sobre a Música na Educação Física escolar. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão**, n. 1, p. 42-45, 2009. Disponível em: <http://www.revistainterfaces.com.br/Edicoes/1/1_14.pdf> Acesso em: 19/01/12.

BRANCO, Verônia. **O desafio da construção da educação integral**: formação continuada de professores alfabetizadores do município de Porecatu - Paraná. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB: Lei 9394/96**. Brasília: Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n. 248, de 23/12/96, pp. 27.833-27.841.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB: Lei 9394/96**. Brasília: Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n. 248, de 23/12/96, pp. 27.833-27.841, 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Brasília: Diário Oficial da União, ano CXLV, n. 159, de 19/08/2008, Seção 1, página 1, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília, 2009. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf > Acesso em: 02/01/12.

BRASIL. **Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2010. Disponível em < http://gestao2010.mec.gov.br/marcos_legais/decreto_59.php > Acesso em 10/12/11.

CAVALCANTE, Meire. Mais oportunidades. **Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre, n. 51, p. 39-41, ago/out, 2009b.

CAVALIERE, Ana M. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: COELHO, Lígia M. C. da C.; CAVALIERE, Ana M. V. (orgs.) **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CAVALIERE, Ana M.; COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPS? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 147 – 174, jul. 2003.

CENPEC. Quem somos. 2012. Disponível em <<http://cenpec.org.br/quemsomos>> Acesso em 05/02/12

COELHO, Lígia M. C. da C. História(s) da educação integral. **Em Aberto**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr, 2009. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1472/1221>>. Acesso em 12 nov. 2010.

COELHO de SOUZA, Cássia V.. Música na escola: o subsídio de um curso de formação musical de professores. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, XVII, 2008, São Paulo. **Anais...São Paulo**, 2008. CD-ROM.

DUARTE Jr., João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. A preparação musical de professores generalistas no Brasil. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n. 11, p. 55-61, 2004.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de A legislação brasileira para a educação musical nos anos iniciais da escola. In: CONGRESSO DA ANPPOM, XVII, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...São Paulo**, 2007. Disponível em <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_SFigueiredo.pdf> Acesso em 05/01/12

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de **Educação Musical e Legislação Educacional**. In: Educação Musical Escolar. Ano XXI. Boletim 8. Junho de 2011. TV Escola – Salto para o futuro.

FONTEERRADA, Marisa T. de O. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GONÇALVES, Antonio S. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Caderno Cenpec, nº2, 2006. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/es_tempointegral/Reflexoes_ed_integral.pdf?t=003>. Acesso em 03 abr. 2010.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação Integral** - Articulação de projetos e espaços de aprendizagem. 2005. Disponível em: < http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=46>. Acesso em 04 abr. 2010.

HENTSCHKE, Liane. A Educação musical: um desafio para a educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 13, p. 55-61, jun. 1991.

HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana (orgs). **Ensino de música**: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**. Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HUMMES, Júlia Maria. **As funções do ensino de música na escola, sob a ótica da direção escolar**: um estudo nas escolas de Montenegro. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

KERSTNETZKY, Célia L. Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade. **Ciência Hoje**, v. 39, n. 231, p. 18-23, out. 2006.

LEONTIEV, Dmitry A. Funções da arte e educação estética. In: FRÓIS, João. **Educação estética e artística**: abordagens transdisciplinares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000. p. 127-145.

LIMA, Sueli de. Apenas o professor pode atuar na educação integral? **Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre, n. 51, p. 34-37, ago/out, 2009.

LOPES, Josiane P. M. **O ensino de música nos anos iniciais em duas escolas municipais de Vera Cruz do Oeste – PR**. Florianópolis: UDESC, 2010. Dissertação (Mestrado em Música), UDESC, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Mirian C.; PICOSQUE, Gisa. **Material educativo da 4ª Bienal do Mercosul**. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2003.

MOLL, Jaqueline (org). **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/SECAD, 2009a.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. **Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre, n. 51, p. 12-15, ago/out, 2009b.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PARO, Vitor H. et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

PARO, Vitor H.. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, Lígia M. C. da C.(org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.p. 13-20.

PENNA, Maura. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. **Revista da ABEM**, n.7, p.7-19, 2002.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PENNA, Maura. Educação musical e educação integral: a música no Programa Mais Educação. **Revista da Abem**. Londrina: Associação Brasileira de Educação Musical, v. 19, n. 25, jan/jun, 2011.

PEREIRA, Eva W. Anísio Teixeira e a experiência de educação integral em Brasília. **Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre, n. 51, p. 42-45, ago/out, 2009.

PORTAL MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107> Acesso em 06/02/12.

QUEIROZ, Luiz R. S.; MARINHO, Vanildo M.. Educação musical nas escolas de educação básica: caminhos possíveis para a atuação de professores não especialistas. **Revista da ABEM**. Porto Alegre, v.17, p. 69-76, set. 2007.

QUEIROZ, Luiz R. S.; MARINHO, Vanildo M.. A formação continuada de professores de música frente à nova realidade da educação musical nas escolas de João Pessoa. In: CONGRESSO DA ANPPOM, XVII, 2007, São Paulo. **Anais...**São Paulo: UNESP, 2007b.

SANCHOTENE, Ângela Beatriz Crivellaro. **Funções da música no ensino fundamental: um olhar sobre cinco escolas estaduais de Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Projeto Escola Pública Integrada**. 2003. Disponível em < http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/cat_view/141-programas-e-projetos/186-escola-publica-integrada> Acesso em 12 out. 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Modelos Diferenciados de Escolas: Escola Aberta, Ambiental, Escola Pública Integrada**. Florianópolis: IOESC, 2006.

SANTOS, Soraya V. **A ampliação do tempo escolas em propostas de educação pública integral**. Goiânia: UFG, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG, 2009.

SECAD/MEC. **Educação integral/ educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: < <http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/educacao-integraleducacao-integrada-em-tempo-integral-concepcoes-e-praticas-na-educacao-brasileira>> Acesso em: 25/01/12

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Portal da Educação**. Disponível em < <http://www.sed.sc.gov.br/educadores/>> Acesso em 04 jan. 2011.

SOUZA, Jusamara et. al. **O que faz a música na escola?** Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Núcleo de Estudos Avançados de Programa de Pós-graduação em música – Mestrado e Doutorado. Porto Alegre: Série Estudos 6, 2002.

TIAGO, Roberta A.; CUNHA, Myrtes. Formação docente e possibilidades da música no cotidiano da escola. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, XV, 2006, João Pessoa. **Anais...**João Pessoa, 2006. CD-ROM, p. 386-391.

VEBER, Andréia. **Ensino de música na educação básica:** um estudo de caso no projeto Escola Pública Integrada – EPI, em Santa Catarina. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Música), UFRGS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUS, Rafael. **Educação integral:** uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APÊNDICES

Apêndice 1: Carta de apresentação

Apêndice 2: Termo de consentimento

Apêndice 3: Roteiro de entrevista: professores

Apêndice 4: Roteiro de entrevista: membro da equipe pedagógica

Apêndice 5: Tabela com datas das observações e entrevistas

APÊNDICE 1 - Carta de apresentação



Programa de Pós-Graduação em Música - Mestrado

PROJETO DE PESQUISA

A educação musical em escolas de período integral em Santa Catarina

Florianópolis, 31 de março de 2011.

Prezado(a) professor(a)

Sou aluna da UDESC no Programa de Pós-Graduação em Música - Mestrado. Uma das etapas do mestrado é desenvolver uma pesquisa sobre um determinado assunto e escrever uma dissertação sobre essa pesquisa. No meu caso, o tema escolhido é Educação Musical – Escola De Período Integral.

Escolhi o projeto desenvolvido pela secretaria estadual de educação para a realização desta pesquisa, pois acredito que ele seja de grande importância no que se refere ao desenvolvimento da educação musical no estado.

O objetivo desta investigação é observar como a educação musical está inserida no projeto Escola Pública Integrada e discutir de que maneira o ensino de música pode se relacionar com a proposta de educação integral.

Gostaria de pedir a sua colaboração para participar desta pesquisa. Esta participação será feita de diferentes maneiras: conceder entrevistas, responder a questionários e autorizar minha presença em aulas ou atividades escolares. Todas as informações coletadas serão utilizadas para fins de pesquisa e seu anonimato estará garantido em todas as etapas do processo.

Agradeço sua colaboração.

Atenciosamente

Lígia Karina Meneghetti Chiarelli
(aluna do PPGMUS)

Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo
(orientador)

APÊNDICE 2 - Termo de consentimento



Programa de Pós-Graduação em Música - Mestrado

PROJETO DE PESQUISA

A educação musical em escolas de período integral em Santa Catarina

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____,
declaro estar ciente das propostas da pesquisa A educação musical em escolas de período integral em Santa Catarina, e autorizo a acadêmica Lígia Karina Meneghetti Chiarelli e o professor Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, orientador deste projeto de pesquisa, a utilizarem os dados coletados através de entrevista e questionário para fins de publicação e apresentação em eventos acadêmico-científicos, desde que seja mantido meu anonimato.

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do(a) profissional

APÊNDICE 3 - Roteiro de entrevista: professores

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

Nome:

Formação:

Tempo de atuação como professor:

Tempo de atuação nesta escola:

O que conhece sobre o projeto em que atua. Conhece os princípios filosóficos e pedagógicos desta proposta de educação integral?

Qual a importância da educação musical na perspectiva de desenvolvimento integral?

Existe articulação entre a educação musical e outras disciplinas? Busca-se trabalhar com o conceito de currículo integrado? De que forma isso ocorre?

Os princípios filosóficos e pedagógicos da educação integral são trabalhados (discutidos) nas reuniões de planejamento?

Qual material a Escola Disponibiliza para as aulas de música?

Como é feita a organização (seleção) de conteúdos?

Qual repertório é utilizado? Como é feita essa escolha?

Como é a dinâmica das aulas? (Estudo individual, atividades em grupo, etc).

Como é a participação dos alunos?

Quais as dificuldades encontradas para desenvolver seu trabalho?

Já participou de alguma formação específica para professores do projeto Escola Pública Integrada?

Costuma ler sobre educação integral?

Costuma ler sobre educação musical?

Caso tenha trabalhado em outras escolas que não sejam do projeto: Existe alguma diferença no trabalho dentro do projeto e fora dele?

APÊNDICE 4 - Roteiro de entrevista: membro da equipe pedagógica

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBRO DA EQUIPE PEDAGÓGICA

Nome:

Formação:

Tempo de atuação na função:

Tempo de atuação nesta escola:

Comente sobre o histórico do projeto Escola Pública Integrada nesta unidade escolar.

As escolas que participam do projeto têm autonomia na escolha das disciplinas da parte diversificada, como é feita essa escolha? A música sempre fez parte do quadro de disciplinas? Porque essa disciplina foi escolhida?

Existe alguma forma de integração entre as disciplinas (trabalho interdisciplinar, transdisciplinar, por projetos, etc)? Como isso ocorre?

Os professores recebem alguma formação específica sobre o projeto? Sobre educação integral?

Os princípios filosóficos e pedagógicos do projeto são trabalhados (ou lembrados) em algum momento específico? Como reuniões pedagógicas, reuniões de planejamento?

Quais são os materiais que a Escola Disponibiliza para as aulas de música?

Como é feita a seleção dos professores que vão atuar nesta disciplina? Existem critérios de seleção?

Você considera que o trabalho de educação musical que vem sendo desenvolvido nesta escola está adequado à proposta de educação integral em tempo integral? Por que?

APÊNDICE 5 - Tabela com datas das observações e entrevistas

Tabela com datas das observações e entrevistas (continua)

ESCOLA A			
ATIVIDADE	TURMA	DATA	DURAÇÃO
Entrevista com professor ¹¹	-	03/05/11	10h00 – 10h45
Observação	4º ano	17/05/11	10h00 – 10h45
		17/05/11	10h45 – 11h30
	1º ano	17/05/11	15h30 – 16h15
		17/05/11	16h15 – 17h00
	4º ano	27/07/11	10h00 – 10h45
		27/07/11	10h45 – 11h30
	1º ano	27/07/11	15h30 – 16h15
		27/07/11	16h15 – 17h00
Entrevista com diretor	-	27/07/11	09h00 – 09h45
Total de aulas observadas: 8 aulas			
ESCOLA B			
ATIVIDADE	TURMA	DATA	DURAÇÃO
Observação	1º ano	09/05/11	13h15 – 14h00
		09/05/11	14h00 – 14h45
	3º ano	09/05/11	14h45 – 15h00
		09/05/11	15h15 – 16h00
	1º ano	16/05/11	13h15 – 14h00
		16/05/11	14h00 – 14h45
	3º ano	16/05/11	14h45 – 15h00
		16/05/11	15h15 – 16h00
	1º ano	27/06/11	13h15 – 14h00
		27/06/11	14h00 – 14h45
	3º ano	27/06/11	14h45 – 15h00
		27/06/11	15h15 – 16h00
	1º ano	04/07/11	13h15 – 14h00
		04/07/11	14h00 – 14h45
3º ano	04/07/11	14h45 – 15h00	
	04/07/11	15h15 – 16h00	
Entrevista com professora	-	04/07/11	11h30 – 12h15
Entrevista com diretor	-	04/07/11	10h45 – 11h15
Total de aulas observadas: 16 aulas			
ESCOLA C			
ATIVIDADE	TURMA	DATA	DURAÇÃO
Observação	1º ano	03/05	12h30 – 13h15
		03/05	13h15 – 14h00
	4º ano	03/05	14h00 – 14h45
		03/05	15h00 – 15h45
	1º ano	17/05	12h30 – 13h15

¹¹ No dia 03/05/11 estava previsto iniciar as observações, mas os alunos estavam envolvidos em outra atividade promovida pela escola, então foi realizada a entrevista.

		17/05	13h15 – 14h00
	4º ano	17/05	14h00 – 14h45
		17/05	15h00 – 15h45
	1º ano	28/06	12h30 – 13h15
		28/06	13h15 – 14h00
	4º ano	28/06	14h00 – 14h45
		28/06	15h00 – 15h45
	1º ano	05/07	12h30 – 13h15
		05/07	13h15 – 14h00
	4º ano	05/07	14h00 – 14h45
		05/07	15h00 – 15h45
Entrevista com professora	-	05/07	12h00 – 12h30
Entrevista com assistente técnico-pedagógico	-	05/07	15h00 – 15h45
Total de aulas observadas: 16 aulas			
ESCOLA D			
ATIVIDADE	TURMA	DATA	DURAÇÃO
Observação	3º ano	25/05/11	8h00 – 8h45
		25/05/11	8h45 – 9h30
	1º ano	25/05/11	9h45 – 10h30
	3º ano	01/06/11	8h00 – 8h45
		01/06/11	8h45 – 9h30
	1º ano	01/06/11	9h45 – 10h30
	3º ano	08/06/11	8h00 – 8h45
		08/06/11	8h45 – 9h30
	1º ano	08/06/11	9h45 – 10h30
	3º ano	15/06/11	8h00 – 8h45
15/06/11		8h45 – 9h30	
1º ano	15/06/11	9h45 – 10h30	
Entrevista com professora	-	19/06/11	16h00- 16h40
Entrevista com especialista em educação	-	22/09/11	9h30 – 10h15
Total de aulas observadas: 12 aulas			